



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA,
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**LINHA DE PESQUISA I: CONFLITOS, CRIME, VIOLÊNCIA E
DIREITOS HUMANOS**

**INSERÇÃO LABORAL DAS MULHERES VENEZUELANAS VIA
INTERIORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA - 2018 A 2020**

JAQUELINE PEREIRA OLIVEIRA

Dissertação/Produto Final

BOA VISTA/RR
2023

JAQUELINE PEREIRA OLIVEIRA

**INSERÇÃO LABORAL DAS MULHERES VENEZUELANAS VIA
INTERIORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA - 2018 A 2020**

**BOA VISTA/RR
2023**

TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TCC, TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NO SITE DA UERR

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Roraima – UERR a disponibilizar gratuitamente através do site institucional <https://www.uerr.edu.br/multiteca/>, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:

() Trabalho de Conclusão de Curso (X) Dissertação () Tese

2. Identificação da Dissertação

Autor: Jaqueline Pereira Oliveira **E-mail:** jackieliveira@gmail.com

Agência de Fomento:

Título: Inserção Laboral das Mulheres Venezuelanas via Interiorização da Operação Acolhida - 2018 a 2020

Área de Concentração: Humanas Aplicadas

Grau: Mestrado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania - MPSPDHC

Orientador(a): Leila

E-mail: leilachagas_rr@yahoo.com.br

Co-orientador(a):

E-mail:

Membro da Banca: Dr. Fernando César Costa Xavier

Membro da Banca: Dr. Cláudio Travassos Delicato

Membro da Banca: Dra. Mariana Pereira Cunha

Data de Defesa: 06/12/2024

Instituição de Defesa: Universidade Estadual de Roraima - UERR

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor: 1. Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade; 2. Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Estadual de Roraima os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização: (X) Total () Parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões: () Capítulos. Especifique. () Outras restrições. Especifique. _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF e DOC ou DOCX da dissertação, TCC ou tese.

Assinatura do(a) autor(a): Jaqueline Oliveira Data: 02/02/2024.

JAQUELINE PEREIRA OLIVEIRA

**INSERÇÃO LABORAL DAS MULHERES VENEZUELANAS VIA
INTERIORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA - 2018 A 2020**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Leila Chagas de Souza Costa

**BOA VISTA/RR
2023**

Copyright © 2023 by Jaqueline Pereira Oliveira

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a **fonte**.

Universidade Estadual de Roraima – UERR
Coordenação do Sistema de Bibliotecas
Multiteca Central
Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F Bairro Canarinho
CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR
Telefone: (95) 2121.0946
E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48i	Oliveira, Jaqueline Pereira. Inserção laboral das mulheres venezuelanas via interiorização da operação acolhida - 2018 a 2020 / Jaqueline Pereira Oliveira. – Boa Vista (RR) : UERR, 2023. 75 f. : il. ; PDF Orientador: Prof. Dra. Leila Chagas de Souza Costa. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Roraima (UERR), Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (MPSP). 1. Gênero. 2. Migração. 3. Inserção Laboral. 4. Mulheres Venezuelanas. 5 Interiorização. I. Costa, Leila Chagas de Souza Costa (orient.) II. Universidade Estadual de Roraima – UERR. III. Título. UERR.Dis.Mes.Seg.Pub.2023 CDD - 331.124
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Letícia Pacheco Silva – CRB 11/1135

JAQUELINE PEREIRA OLIVEIRA

INSERÇÃO LABORAL DAS MULHERES VENEZUELANAS VIA
INTERIORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA - 2018 A 2020

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública Direitos Humanos e Cidadania.


Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 06/12/2023, perante a Banca Examinadora, constituída pelos seguintes membros:



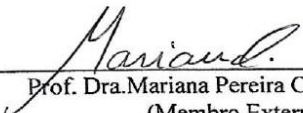
Documento assinado digitalmente
LEILA CHAGAS DE SOUZA COSTA
Data: 07/12/2023 16:49:05 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr^a. Leila Chagas de Souza Costa (UERR)
(Presidente da Banca)
Universidade Estadual de Roraima – UERR

Prof. Dr. Fernando César Costa Xavier (UERR)
(Membro Titular)
Universidade Estadual de Roraima – UERR



Prof. Dr. Cláudio Travassos Delicato (UERR)
(Membro Titular)
Universidade Estadual de Roraima – UERR



Prof. Dra. Mariana Pereira Cunha (UFRR)
(Membro Externo)
Universidade Federal de Roraima – UFRR

BOA VISTA/RR
2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas em deslocamento forçado, em especial as mulheres venezuelanas que buscam em solo brasileiro um novo horizonte que seja equitativo, frutífero e seguro. Dedico às famílias que perderam seus entes em missões humanitárias, estas pessoas trabalhadoras que dedicaram suas vidas em prol de garantir o pleno acesso aos Direitos Humanos.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus e as energias universais por me darem forças para não desistir. Sem dúvida alguma esse grande alcance não seria possível sem o apoio do meu seleto círculo de pessoas queridas e amáveis. A minha orientadora pela paciência, por acreditar no projeto e ser sempre tão solícita e respeitosa com meu tempo. Ao meu amigo e companheiro Ícaro Ruan, que sempre é quem mais acredita nos meus sonhos do que eu mesma. A minha mãe, que desde pequena me ensina que a educação e gentileza são a chave para alcançar os objetivos. A meu irmão, irmã, cunhado, cunhada e sobrinhos que são pessoas admiráveis e que acreditam muito em mim. Aos meus amigos da escola e trabalho que sempre foram tão empáticos comigo, em especial ao Rodrigo, Gacema e Igor. Ao meu trabalho por acreditar e conceder espaço para acompanhar as aulas.

RESUMO

Este trabalho evidenciou compreender a inserção laboral das mulheres venezuelanas durante o período de 2018 a 2020, através da análise da interseção entre a Operação Acolhida e as dinâmicas de gênero, migração e mercado de trabalho. O texto busca explorar as barreiras, estratégias de adaptação e contribuições das mulheres migrantes para as economias dos países receptores, destacando a centralidade das mulheres venezuelanas nesse processo. O trabalho foi direcionado pela pesquisa bibliográfica e levantamento, a partir do método de análise quantitativa. Além do debate teórico, foi abordado o conceito de gênero, migração e inserção laboral, sendo apresentado um breve panorama das migrantes venezuelanas identificando as barreiras que essas mulheres enfrentam ao procurar emprego em território estrangeiro, destaca as estratégias de adaptação que desenvolvem para superar esses obstáculos e enfatiza as contribuições valiosas que elas trazem para as economias dos países de acolhimento. Como ponto de encerramento deste estudo, ao longo de cinco anos, a Operação Acolhida concentrou esforços na melhoria do acolhimento de migrantes venezuelanos. Diante dos recursos limitados em Roraima, ponto de entrada para outros estados, a interiorização atrai migrantes em busca de oportunidades, permitindo um fluxo eficaz. A análise dos perfis, incluindo gênero, idade e motivações, é crucial para garantir uma transição contínua. O estudo destaca os desafios enfrentados por mulheres venezuelanas no mercado de trabalho brasileiro, ligados a raízes patriarcais e xenofobia, resultando em empregos precários e exposição à violência de gênero.

Palavras Chave: Gênero. Migração. Inserção Laboral. Mulheres Venezuelanas. Interiorização.

ABSTRACT

This study aimed to comprehend the labor market integration of Venezuelan women from 2018 to 2020 by analyzing the intersection between Operation Welcome and the dynamics of gender, migration, and the job market. The text explores the barriers, adaptation strategies, and contributions of migrant women to the economies of host countries, emphasizing the central role of Venezuelan women in this process. The study was guided by bibliographic research and data collection through quantitative analysis methods. In addition to theoretical discussions, the concepts of gender, migration, and labor market integration were addressed, providing a brief overview of Venezuelan migrants by identifying the challenges these women face when seeking employment in foreign territories. The study highlights the adaptation strategies they employ to overcome these obstacles and underscores the valuable contributions they make to the economies of host countries. As a conclusion to this study, over a five-year period, Operation Welcome has directed efforts toward improving the reception of Venezuelan migrants. Given the limited resources in Roraima, a gateway to other states, internalization attracts migrants seeking opportunities, facilitating an effective flow. Analyzing profiles, including gender, age, and motivations, is crucial for ensuring a seamless transition. The study emphasizes the challenges faced by Venezuelan women in the Brazilian job market, tied to patriarchal roots and xenophobia, resulting in precarious employment and exposure to gender-based violence.

Keywords: Gender. Migration. Labor Insertion. Venezuelan Women. Internalization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AVSI Brasil – Associação Voluntários para o Serviço Internacional - Brasil
CCE – Centro de Capacitação e Educação
CCI – Centro de Coordenação de Interiorização
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
FFT – Fitness For Travel
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FTLOGH – Força Tarefa Logística Humanitária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS
OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais
OIM – Organização Internacional para Migrações
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PcD – Pessoa com Deficiência
PITRIG – Posto de Interiorização e Triagem
RR – Roraima
SEED – Secretaria de Estado de Educação e Desporto
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas
VES – Vaga de Emprego Sinalizada

LISTA DE TABELAS

- 1** - Percentual de interiorizados segregados por gênero e faixa etária;
- 2** - Pirâmide dividida por gênero e idade das pessoas interiorizadas;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – BREVE TRIÁDE: MULHER, MIGRANTE E INSERÇÃO LABORAL	18
1.1 Relações de Gênero e o lugar social das mulheres.	18
1.2 Movimento de pessoas: em busca da sobrevivência.	24
1.3 Mobilidade Global do Capital e Força de Trabalho.	30
CAPÍTULO 2 – DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE SER MULHER MIGRANTE	35
2.1 Feminização do processo migratório.	35
2.2 Eu migro, logo existo.	40
2.3 A transversalidade e feminização de quem fica para trás.	44
2.3.1 Mulheres transexuais.	45
2.3.2 Mulheres idosas.	48
2.3.1 Mulheres com deficiência.	50
CAPÍTULO 3 - INSERÇÃO LABORAL DA MULHER VENEZUELANA VIA OPERAÇÃO ACOLHIDA	52
3.1 Um breve panorama da inserção laboral do migrante venezuelano.	52
3.1.1 O lugar da mulher no processo migratório venezuelano.	55
3.2 Interiorização por Vaga de Emprego Sinalizada.	58
3.3 Estatística de Mulheres Interiorizadas por Vaga de Emprego Sinalizada.	62
CONSIDERAÇÕES	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	69
APÊNDICE A – PRODUTO DA PESQUISA	

Boa Vista/RR, 17 de novembro de 2023.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, a migração tem desempenhado um papel crucial na transformação das sociedades. A decisão de mover-se surge diretamente do contexto em que o indivíduo ou grupo se encontra, e não há um ponto de partida claramente definido para esse fenômeno. Nos dias de hoje, a migração continua a ser uma realidade para inúmeras pessoas. De acordo com dados da ONU de 2019, 108,4 milhões de indivíduos em todo o mundo foram deslocados à força em decorrência de perseguições, conflitos, violência, violações dos direitos humanos e acontecimentos que perturbam gravemente a ordem pública. Diariamente, uma variedade de pessoas parte ou foge de um contexto para outro, impelidas por uma necessidade fundamental: a sobrevivência.

Nos noticiários internacionais, é comum encontrar a terminologia "refugiado" ou "imigrantes ilegais" vinculada aos sírios e afegãos. Entretanto, nos últimos dez anos, esse quadro vem passando por mudanças significativas devido a outros movimentos migratórios. O Brasil testemunhou um notável influxo de haitianos em busca de um novo começo e de sustento para seus familiares que permaneceram em seu país de origem. Posteriormente, emergiu um movimento ainda mais amplo, protagonizado por venezuelanos que fogem da crise política e econômica que assola sua nação. Esse último fluxo já abrangeu mais de 7 milhões de migrantes e refugiados que deixaram a Venezuela em direção a várias partes do mundo, colocando o Brasil como o terceiro país que mais os recebe, com mais de 470 mil¹. Geograficamente, a cidade de Pacaraima, localizada no Estado de Roraima, emerge como a porta de entrada mais próxima do Brasil, com centenas de pessoas atravessando essa fronteira, muitas delas enfrentando situações de vulnerabilidade. Esse fluxo crescente encaminhou o Estado de Macunáima para o colapso, visto que não estava preparado para atender tal fluxo. Dessa forma, reconhecendo a emergência de implementar políticas de acolhimento, o governo brasileiro reconhece a crise humanitária e cria a Operação Acolhida, coordenada pelo governo brasileiro e, em parceria com agências da ONU.

A Operação Acolhida, que teve início em fevereiro de 2018, foi delineada a partir do decreto 9.286 de 15 de fevereiro do mesmo ano, estabelecendo a composição, competências e normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial. Essa operação,

¹Plataforma R4V. Migrantes e Refugiados. Disponível em: <https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes>

baseada em três pilares – Ordenamento de Fronteira, Abrigamento e Interiorização –, foi instaurada por meio de parcerias com organizações internacionais e a sociedade civil. Um desdobramento importante foi a criação da Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V (Response For Venezuelans), que se tornou um fórum de coordenação para ações das agências da ONU e da sociedade civil, visando promover o acesso a direitos, serviços básicos, proteção, autossuficiência e integração socioeconômica. Esses dois últimos pontos têm se tornado o foco central da Operação Acolhida, pois há a concepção de que ao viabilizar a independência financeira, não apenas se proporciona a autonomia individual, mas também se assegura o acesso pleno aos direitos fundamentais, como educação, saúde e moradia, que são essenciais para a integração efetiva na sociedade brasileira. Nesse sentido, a busca por oportunidades de emprego e o investimento em capacitação profissional tornam-se pilares fundamentais nesse processo de integração. O pilar de interiorização, que compreende o processo de realocação da população para outras cidades brasileiras, apresenta um importante subcomponente conhecido como "vaga de emprego sinalizada". Esse aspecto é crucial para facilitar o acesso ao mercado de trabalho. Trata-se de uma estratégia estruturada que visa criar oportunidades laborais para os migrantes, promovendo, assim, sua integração socioeconômica.

Este estudo tem como propósito aprofundar a análise dos desafios ao acesso das mulheres migrantes venezuelanas ao mercado de trabalho, abrangendo o período compreendido entre 2018 e 2020. Ao focar nessa temporalidade, busca-se compreender as dinâmicas específicas que moldaram as oportunidades e desafios enfrentados por esse grupo em um contexto de migração crescente e mutável antes da pandemia, visto que as fronteiras foram fechadas em março de 2020. O estudo visa oferecer uma perspectiva sobre as condições laborais e as estratégias adotadas por essas mulheres, confrontando com dados que desenham a presença delas. Para isso, serão utilizados dados produzidos pelo Governo do Brasil e pela ONU.

A garantia de uma inserção laboral digna não apenas representa um direito fundamental, mas também está intrinsecamente conectada à promoção da equidade de gênero e ao respeito aos direitos humanos. Compreender a fundo os desafios enfrentados por mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas na busca pela integração no mercado de trabalho não apenas é crucial para promover a igualdade, mas também para fortalecer os alicerces da justiça social. A pesquisa é motivada pela crescente tendência de feminização da pobreza, um fenômeno

observado pela ONU². Esta tendência é alimentada pela persistente desigualdade de gênero enraizada na cultura patriarcal. Ao longo da história, as mulheres muitas vezes foram invisibilizadas, e seus contributos valiosos foram subestimados. Este desequilíbrio sistêmico tem implicações profundas na construção de um mundo mais desigual. Portanto, explorar a inserção laboral das mulheres migrantes venezuelanas é não apenas uma análise acurada de um fenômeno complexo, mas também um passo importante na direção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A fim de proporcionar uma compreensão aprofundada do escopo deste estudo, será imperativo analisar três conceitos cruciais: gênero, migração e mercado de trabalho. A seção sobre o conceito de gênero explora as complexidades deste tema, examinando suas implicações nas interações sociais. Analisando as diversas facetas que compõem essa questão crucial, oferecendo uma visão abrangente das dinâmicas de gênero na sociedade, a partir de autoras como Beauvoir; Robin; e Butler. Para a seção de migração, essas dimensões formam a complexa ramificação que caracteriza a experiência da pessoa migrante, oferecendo uma visão multifacetada que considera as variáveis geográficas e contextuais. Neste contexto, é essencial reconhecer a singularidade de cada indivíduo em processo de deslocamento, respeitando suas narrativas e perspectivas. O primeiro capítulo provê uma fundamentação teórica nas contribuições de Sayad; Sasaki; e Sassen, proporcionando uma base sólida para a análise do acesso das mulheres migrantes venezuelanas ao mercado de trabalho. A seção dedicada ao mercado de trabalho aborda a inserção do migrante, oferecendo uma visão abrangente da dinâmica global do capital e da força de trabalho. Em seguida, concentra-se no contexto específico do Brasil, permitindo uma compreensão mais profunda da integração laboral do migrante diante das alterações legislativas e das flutuações econômicas. Essa abordagem dual proporciona uma análise completa, considerando tanto os elementos globais quanto os aspectos locais que moldam os fluxos populacionais e suas implicações socioeconômicas, a partir da reflexão de Hirata e Kergoat (2007); Sassen; e Assis (2000);

O segundo capítulo se concentra na crescente participação feminina na migração, analisando as razões e implicações desse fenômeno, bem como os desafios específicos que as mulheres migrantes enfrentam ao longo de suas jornadas e após chegarem aos países de destino. Compreender a migração vai além da simples mudança de localização geográfica. Nesta seção,

² Índice de feminidade da pobreza. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/indice-feminidade-da-pobreza>

será explorada a experiência da migrante a partir de uma perspectiva subjetiva, compreendendo suas motivações para sair, a escolha do destino e os objetivos que almeja alcançar. A migração não se resume apenas ao deslocamento físico; é a busca por um espaço onde cada migrante não apenas sobreviva, mas também prospere, garantindo o pleno acesso aos seus direitos. Isso inclui, de maneira crucial, a integração no mercado de trabalho, um aspecto fundamental em um contexto definido pelo sistema capitalista. Além de analisar as vivências das migrantes pertencentes a grupos frequentemente marginalizados na sociedade, como pessoas com deficiência (PcD), mulheres transexuais e idosas. Estes segmentos da população enfrentam desafios distintos e apresentam necessidades particulares que nem sempre são devidamente contempladas nos discursos sobre migração.

No terceiro capítulo, mergulha-se na intersecção entre o mercado de trabalho e a experiência das mulheres migrantes venezuelanas. Esta análise compreenderá não apenas as barreiras significativas que essas mulheres enfrentam ao buscar oportunidades laborais em países receptores, mas também as estratégias de adaptação que desenvolvem para superar esses obstáculos. Além disso, analisadas as contribuições que as mulheres migrantes trazem para as economias dos países de acolhimento, destacando seus talentos, habilidades e potencial de crescimento econômico. Além disso, ao longo deste capítulo, é detalhado entre os dados de entrada de mulheres e homens migrantes, analisando as tendências e diferenças no processo de migração. Abordaremos também a interiorização por vaga de emprego sinalizada (VES), oferecendo insights sobre como esse processo afeta a inserção laboral e a integração das mulheres migrantes na sociedade brasileira.

Portanto, ao explorar os desafios enfrentados pelas mulheres migrantes venezuelanas na busca por inserção no mercado de trabalho, este estudo não apenas lança luz sobre uma faceta crítica da migração contemporânea, mas também ressalta a necessidade premente de políticas inclusivas e estratégias de empoderamento. A análise das experiências, barreiras e contribuições dessas mulheres não é apenas uma questão de equidade de gênero, mas um imperativo moral para promover a justiça social e o desenvolvimento sustentável. À medida que avançamos nesta investigação, é nosso objetivo não apenas documentar as complexidades enfrentadas por essas mulheres, mas também identificar caminhos tangíveis para uma integração mais efetiva e oportunidades de crescimento mútuo. Com isso em mente, adentra-se agora nas diversas facetas deste desafio complexo, guiados pela convicção de que, ao compreendermos profundamente essas questões, podemos trabalhar juntos para construir um futuro mais inclusivo e próspero para todos os membros da sociedade.

CAPÍTULO 1 – BREVE TRIÁDE: MULHER, MIGRANTE E INSERÇÃO LABORAL

A compreensão das dinâmicas sociais entre homens e mulheres é intrinsecamente ligada ao conceito de gênero, que vai além da mera diferenciação biológica entre os sexos. Este conceito abrange construções culturais, sociais e psicológicas, atribuindo significados e papéis específicos a cada gênero. Enquanto o sexo refere-se às características físicas e fisiológicas que distinguem os corpos masculinos dos femininos, o gênero amplia-se para um espectro mais amplo de comportamentos, identidades, expectativas e normas associadas a esses papéis. Assim, o gênero exerce uma influência crucial na autopercepção e na percepção social, moldando oportunidades, interações e experiências ao longo da vida. Paralelamente, a migração, fenômeno ancestral, continua a desempenhar um papel significativo nas sociedades contemporâneas. Este capítulo busca analisar a complexidade do conceito de gênero, migração e a inserção laboral, destacando a interseção entre a migrante e o mercado de trabalho.

1.1 Relações de Gênero e o lugar social da mulher.

O conceito de gênero é fundamental para compreender as dinâmicas sociais que permeiam as relações entre homens e mulheres. Ele transcende a mera diferenciação biológica entre os sexos e se refere às construções culturais, sociais e psicológicas que atribuem significados e papéis específicos a cada gênero. Enquanto o sexo se refere às características físicas e fisiológicas que distinguem os corpos masculinos dos femininos, o gênero abrange um espectro mais amplo de comportamentos, identidades, expectativas e normas associadas a esses papéis. Dessa forma, o gênero influencia a forma como as pessoas se percebem e são percebidas na sociedade, moldando suas oportunidades, interações e experiências ao longo da vida. Nesta seção, serão aprofundadas as discussões sobre o conceito de gênero, explorando suas nuances e implicações nas relações sociais.

Os estudos de gênero, ainda considerados relativamente novos dentro das Ciências Sociais, têm suas raízes nos movimentos feministas que ganharam força na década de 1960. No entanto, é interessante notar que já nos anos 1940, Simone de Beauvoir proclamava que "não se nasce mulher, torna-se mulher", ao abordar a questão do segundo sexo, referindo-se ao

feminino. Essa afirmação de Beauvoir pode ser vista como uma das primeiras manifestações da compreensão do gênero como uma construção social.

Ao tratar sobre conceitos, é importante atentar para alguns fatores que determinam características importantes:

Conceitos têm história, são formados e configurados a partir de ideologias, exigências políticas, debates e reflexões que circulam entre pensadores; são também objeto de disputas e discussões que não podem pretender esgotá-los, encerrá-los ou estabilizá-los em uma definição única, supostamente neutra e definitiva. (HEILBORN, RODRIGUES, 2018. p. 10)

De fato, os conceitos não podem ser considerados imutáveis ou estáticos, pois estão sujeitos a contínuos debates e reflexões influenciados pelas diversas ideologias dos pensadores em diferentes momentos históricos. Os avanços dos estudos ou falta dela na sociedade desempenham um papel fundamental na moldagem e na mobilidade dos conceitos. A compreensão e a interpretação de conceitos são dinâmicas, refletindo não apenas o estado atual do conhecimento, mas também as mudanças sociais, culturais e políticas que ocorrem ao longo do tempo.

Nas Ciências Sociais começa um processo de se interrogar a distinção sexo/gênero, e, é a partir desta discussão que a configuração anátomo-biológico deixa de ser também um definidor do gênero, ao separar sexo/gênero abre-se a possibilidade de se pensar que há uma construção cultural, essa sim definidora do gênero.

Nesse processo de diferenciação, o primeiro termo – sexo – remete à natureza e, de maneira mais específica, à biologia, e o segundo termo – gênero – se refere às construções culturais das características consideradas femininas e masculinas. Tais construções são percebidas como aspectos que mantêm relação com a biologia, mas dela não derivam e variam em diferentes contextos (HEILBORN, RODRIGUES, 2018. p. 11)

A Antropologia em meados dos anos 1970 trabalhará com “Sistema de Sexo e Gênero” que é inaugurado por Gayle Rubin³ em 1975, ao propor que as diferenças entre homens e mulheres, presentes em quase todas as sociedades, se devem a organização social do sexo e da reprodução.

Interpelando Lévi-Strauss (1976) na teoria sobre a circulação de mulheres, Rubin indica que a desigualdade de distribuição de poder está na raiz da apropriação pelos homens da capacidade reprodutiva do sexo feminino. Essas ideias são centrais no

³ Gayle S. Rubin é uma antropóloga cultural americana mais conhecida como ativista e teórica da política de sexo e gênero.

desenvolvimento da Antropologia dedicada ao gênero nas décadas de 1970 e 1980 (HARRIS e YOUNG, 1979; RITER, 1975).

Portanto segundo o sistema de sexo e gênero as relações de poder assimétricas, com clara desvantagem feminina tem em seu bojo o controle sexual, sendo então para essa corrente de pensamento, o estudo do gênero um estudo das assimetrias de poder e oportunidades.

Um pouco mais tarde, mais precisamente em 1986 é lançado no vol. 5 da Edição 91 da *American Historical Review*, o artigo “Gênero – uma categoria útil de análise histórica”, da historiadora e teórica feminista Joan Scott, grande referência em todo mundo, mas especialmente no Brasil, torna-se uma das referências para os pesquisadores ao apresentar a teoria sobre a hierarquia ou assimetria de gênero.

O conceito de gênero passou a ser usado para evidenciar que o sexo anatômico não é o único elemento definidor das condutas da espécie humana. As culturas criam padrões associados aos corpos que se distinguem por seu aparato genital e pela capacidade de gerar outros seres (isto é, pela reprodução humana). Diferença sexual, sexualidade (heterossexual) e gênero passam a ser dimensões que se cruzam, mas uma não decorre da outra. (HEILBORN, RODRIGUES, 2018. p. 12)

A biologia que define sexo, a partir da genitália e por hormônios, agora não é mais a única definidora de gênero, a cultura ou a construção cultural passam a ser encaradas como mais um aspecto que deve ser aceito socialmente e cientificamente quando pensamos em gênero dissociado do sexo. E é nesse sentido que as feministas encontram uma voz teórica, um arcabouço intelectual que cria laços com aliados políticos e científicos.

Na medida em que gênero se integra na metodologia das Ciências Sociais, conforme tal categoria se torna aquela a que se recorre para rejeitar explicações biológicas para as relações sociais, e, sobretudo, quando gênero aparece como uma classificação social que se impõe sobre um corpo sexuado, a categoria nos oferece novas perspectivas sobre as relações de poder e nos permite pensar igualdade política e social com o objetivo de incluir, além da dimensão de gênero, as questões de classe e raça que até ali subjazem em análises cujo ponto de partida era a neutralidade do humano. Poderíamos acrescentar que outras dimensões, como a homossexualidade, também aparecem como problema teórico no âmbito de um novo registro epistemológico que incorpora o gênero como categoria estratégica de análise. (HEILBORN, RODRIGUES, 2018. p. 12)

Ao se colocar o gênero como uma categoria histórica por Scott e as ciências sociais acampar em seus métodos, as possibilidades se abrem, além da questão feminista, para outras

formas de sexualidade, ao se colocam neste novo campo, a homossexualidade é inserida dentro destes novos estudos.

Mas também há um retorno à discussão sobre o corpo da mulher, sobre a subalternidade, sobre o controle sobre o seu corpo, um retorno ao lançamento feito em 1949. A partir da teoria sobre “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir⁴, pioneira na crítica sobre este controle e em oportunidades.

Beauvoir, embora não seja uma iniciadora do movimento feminista; antes podemos citar a luta das mulheres pelo direito do trabalho e do voto, como as sufragistas; seu livro “O segundo sexo” é um marco na produção teórica feminista sobre gênero. Nestes termos pode-se destacar na obra de Beauvoir (1980) a teoria sobre o lugar da mulher e o do homem tendo como referência a filosofia de Emanuel Lévinas⁵. Em seguida as proposições da mulher como categoria universal. Outra teoria feminista importante a ser considerada refere-se aquela construída pela filósofa norte-americana Judith Butler considerada uma importante continuadora da obra de Foucault⁶. Ao seguir a trilha do pensador francês para desconstruir o corpo “natural” e afirmá-lo tão cultural quanto o gênero (BUTLER, 1987):

Mais do que um problema epistemológico, uma das questões que esse deslocamento põe em xeque é o desafio de pensar as relações sociais de gênero não mais a partir da distinção sexo/gênero, mas a partir de um trinômio sexo/gênero/desejo (BUTLER, 2003), no qual a heterossexualidade compulsória possa ser interrogada como heteronormatividade. (HEILBORN, RODRIGUES, 2018. p. 13)

A citação de Judith Butler destaca a complexidade das relações de gênero e a necessidade de ir além da simples distinção entre sexo e gênero. Ela nos lembra que o desejo desempenha um papel crucial na maneira como entendemos e vivenciamos nossa identidade de gênero e sexualidade. Além disso, ao questionar a heterossexualidade compulsória como uma forma de heteronormatividade, Butler (1987) nos convida a considerar como as normas sociais tradicionais em torno da sexualidade podem ser opressivas e limitadoras. Essa reflexão é essencial para avançarmos em direção a sociedades mais inclusivas e respeitosas da diversidade

⁴ Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir, mais conhecida como Simone de Beauvoir, foi uma escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa.

⁵ O filósofo lituano-francês Emmanuel Lévinas (1906-1995) é considerado um dos mais influentes pensadores éticos do século XX. Desenvolveu uma filosofia baseada na ideia de Alteridade. Segundo Lévinas, quando o outro é percebido como Alteridade torna-se *absolutamente Outro*, incompreensível, transcendente e incontornável, fonte das grandes experiências de vida e base genuína da ética.

⁶ Foi um filósofo, historiador das ideias, teórico social, filólogo, crítico literário e professor da cátedra História dos Sistemas do Pensamento, no célebre Collège de France, de 1970 até 1984.

de identidades de gênero e orientações sexuais. Portanto, concordo que essa citação coloca em destaque questões importantes e desafiadoras nas discussões sobre identidade de gênero e sexualidade.

Essas duas perspectivas, tanto a de Judith Butler quanto a da disparidade salarial entre homens e mulheres, destacam a profundidade das questões de gênero na sociedade contemporânea. Enquanto Butler(1987) nos lembra que a identidade de gênero e a sexualidade não devem ser rigidamente definidas pelas normas sociais tradicionais, a disparidade salarial ilustra como essas normas se traduzem em desigualdades tangíveis no mercado de trabalho. A hierarquia social que desvaloriza o trabalho feminino é evidente não apenas nas diferenças salariais, mas também na segregação ocupacional de gênero, onde as mulheres são direcionadas a funções que se alinham com os estereótipos tradicionais de gênero. Portanto, ambas as perspectivas enfatizam a necessidade de desafiar essas normas e lutar por sociedades mais inclusivas e igualitárias, onde as identidades de gênero sejam respeitadas e as disparidades de gênero sejam eliminadas.

Quanto à disposição na materialidade dos corpos a hierarquia social, mostra que as mulheres ganham menos que os homens inclusive naquele em que desenvolvem a mesma função, por exemplo um gerente, ainda há a diferenciação quanto a direção funcional, em tese atividades femininas – organização, arrumação, cuidado – sempre há uma hierarquia simbólica que deriva da organização sexual.

Em outras palavras, entre um homem e uma mulher, ambos gerentes, além da desigualdade salarial, haverá também uma hierarquia simbólica organizada a partir de uma diferença sexual precária ou de vínculo mais frágil do que os homens. (HIRATA, 2006, pag. 200).

Ainda devemos tratar sobre a questão dos estudos de gênero ligadas à esfera doméstica, a Sociologia do Trabalho interessa-se em relacionar a experiência do espaço doméstico dentro daquele que é considerado formal, que segundo sua ortodoxia produz valor, o que não seria o caso do trabalho doméstico. Tendo ainda dentro da senda doméstica a questão hoje reconhecida pelo termo inglês “care”, que é aquele relativo aos cuidados com a prole ainda não adulta, com seu companheiro e com pessoas que tenham envelhecido dentro do núcleo familiar e necessitem cuidados pessoais.

Para Heilborn e Rodrigues (2018):

Desse modo, a discussão sobre gênero adentrou a redoma sacralizada da família, na qual a troca de bens e prestação de serviços é naturalizada como logicamente decorrente da “natureza feminina”, na qualidade de dádiva na acepção antropológica do termo. Sorj e muitas outras sociólogas (cf. HIRATA e GUIMARÃES, 2012) demonstraram como a esfera familiar não pode mais ser vista como um sistema de posições fixas, livre dos constrangimentos externos gerados pelo mercado de trabalho. A filósofa e cientista política Joan Tronto (1996) afirma que o cuidado é o fundamento da vida social. Podemos dizer que sua perspectiva se aproxima daquela usual na Antropologia que define a reciprocidade (MAUSS, 2003; CAILLÉ, 1998) como cimento social não redutível à mercantilização. (HEILBORN, RODRIGUES, 2018. p. 17)

Uma personagem importante deste debate é a psicóloga Carol Gilligan⁷, pioneira na reflexão sobre a relação entre cuidado e gênero. Ela identificou que nos estudos sobre teoria da moral prevalecia um viés masculino (GILLIGAN, 1979), e propõe a ética do cuidado – feminina – como uma alternativa legítima àquilo que era definido como o padrão do julgamento moral na perspectiva de justiça compatível com a teoria liberal, na qual os valores individuais prevalecem sobre os da comunidade.

A relacionalidade atribuída ao feminino tem sido objeto de longa discussão nos estudos sobre família no âmbito da antropologia brasileira. Não se trata de postular uma natureza feminina, mas, antes, de salientar que por força de intensa socialização e formas de estruturação da família e da conjugalidade, às mulheres são apreendidas a partir do núcleo estruturador de vínculos familiares e do cuidado para com os membros do grupo familiar, tendo importante impacto, por exemplo, na prestação dos cuidados de saúde, que confirma a hierarquia de gênero na medida em que o cuidado não tem estatuto de trabalho no mercado de trocas e valores.

A mobilização do conceito de gênero é um passo fundamental para engajar em um debate político atual e crucial sobre como as diferenças sexuais se manifestam em corpos biológicos. Isso implica também em questionar a norma heterossexual, abordando as identidades de gênero e suas implicações nas dinâmicas sociais. Essa perspectiva torna evidente a necessidade de considerar como essas dinâmicas operam em contextos específicos. Essa mesma abordagem pode ser aplicada à análise da migração. Assim como a desigualdade de gênero, os fenômenos migratórios transcendem fronteiras disciplinares e áreas de estudo específicas. Suas ramificações se estendem por esferas sociais, econômicas, culturais e políticas, influenciando profundamente a sociedade como um todo. Ao examinar mais profundamente o deslocamento forçado sob a lente das relações de gênero, identificam-se

⁷ Gilligan, psicóloga feminista norte-americana, coloca em questão as principais teorias cognitivas de desenvolvimento moral, a saber a de Piaget e a de Kohlberg. A discussão centra-se no suposto caráter androcêntrico dessas perspectivas e na existência de uma outra construção de julgamentos morais identificada como uma 'ética de cuidado e responsabilidade', associada às mulheres é diferente de uma 'ética de direitos'.

características distintas que exacerbam as violações dos direitos humanos, incluindo a discriminação de gênero. Esses desafios se somam às barreiras inerentes ao processo migratório, como a xenofobia e a exploração da mão de obra. É crucial reconhecer o papel ativo e significativo das mulheres nos processos migratórios históricos. Infelizmente, sua contribuição muitas vezes permanece invisível na narrativa oficial, relegando-as erroneamente a uma posição de agentes passivos. Elas têm desempenhado papéis essenciais na formação de destinos familiares e têm contribuído de maneira substancial para o desenvolvimento das sociedades receptoras. De acordo com Marinucci (2007), muitas vezes as mulheres que emigram sozinhas enfrentam o peso significativo da responsabilidade pelo sustento de seus filhos e/ou familiares. Neste contexto, as mulheres migrantes se encontram em uma situação de vulnerabilidade e dependência, devido à necessidade de enviar remessas e, em muitos casos, de assumir dívidas relacionadas à viagem. Portanto, não é incomum que se vejam compelidas a tolerar violações graves de seus próprios direitos a fim de não perder o emprego. Isso cria uma dinâmica que promove mais submissão do que autonomia. Apesar de serem participantes ativas nos processos migratórios, as mulheres frequentemente enfrentam uma invisibilidade persistente. Suas experiências e contribuições nos deslocamentos muitas vezes são subestimadas ou até mesmo ignoradas. Essa invisibilização se estende a diversos aspectos, desde a análise estatística até a narrativa pública sobre migração.

1.2 Movimento de pessoas: em busca da sobrevivência.

A migração é um fenômeno humano que remonta à história da humanidade e continua a moldar nossas sociedades até os dias atuais. Esta seção tem como objetivo discutir a complexidade do conceito de migração, quando será explorada a relação entre o migrante e o mercado de trabalho, analisando como o trabalho influencia a integração e a percepção do migrante na nova sociedade. Por fim, serão discutidos os fatores que contribuem para o processo da migração, compreendendo que esse fenômeno é resultado de uma interação complexa entre diversos elementos sociais, econômicos e políticos.

O movimento migratório na atualidade vem se aprofundando em decorrência de situações políticas ou por perseguição política. O processo migratório é o movimento de pessoas, seja individual ou em grupo, que saem do seu local de referência ou origem para

outro, seja em busca de melhores condições na qualidade de vida para elas ou dependentes, fugindo de contextos de conflitos armados e/ou perseguições políticas. Nesse sentido, não há “marco zero” da migração complementamente definido, o que contém nos currículos educacionais e pedagógicos é a teoria de que quando o ser humano deixa de ser nômade e passa a ser sedentário tendo como causa a dominação de técnicas agrícolas, domesticação e criação de animais e aprimoramento de procedimentos de armazenagem dos alimentos. Essas mudanças permitiram a formação de assentamentos e comunidades mais estáveis, que gradualmente deram origem às sociedades urbanas e aos primeiros centros de civilização.

Com a ascensão do sistema econômico capitalista, a mobilidade humana ganhou novas dimensões e complexidades. Os padrões migratórios passaram a ser influenciados por uma multiplicidade de fatores e dinâmicas que abrangem não apenas questões econômicas, mas também sociais e políticas. O capitalismo criou disparidades econômicas entre regiões e nações, impulsionando deslocamentos populacionais em busca de melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida. As migrações contemporâneas são moldadas por avanços tecnológicos, como as telecomunicações e os meios de transporte, que reduziram a distância entre os locais de origem e destino. A globalização, impulsionada pelo capitalismo, aproximou diferentes partes do mundo e transformou as relações de trabalho e os laços sociais, incentivando a estruturação de novos fluxos migratórios.

Segundo o Glossário das Migrações da OIM (2009), a migração possui a seguinte definição:

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos. (OIM, 2009, pág. 42)

Desse modo o movimento migratório compreendido como um fenômeno social tem sua justificativa na busca por melhores condições de vida, oportunidades de trabalho, estudo, refúgio de conflitos, perseguições políticas, entre outros motivos. Mas, as migrações têm distintas naturezas, porém, todas com palavras que culminam na ação do movimento, circulação ou deslocamento de pessoas seja espontâneo, forçado, individual, coletivo, interno ou internacional. Dessa forma, embora pareça a ação genuína de procura, esse fenômeno implica em uma série de análise sobre as consequências socioeconômicas e

culturais que ocorrem tanto no local de saída quanto no de chegada.

Em consonância com a definição da OIM, para Resstel (2015), os processos migratórios devem ser compreendidos como parte intrínseca da história da mobilidade humana, impulsionados pela busca por melhores condições de vida. Nesse sentido, é fundamental considerar os seguintes aspectos:

O conceito de migração não é simples e tampouco existe consenso em torno dele. De maneira geral, refere-se a deslocamentos de um lugar a outro, a movimentações que possuem uma origem e um destino imbuídas de um propósito, de se fixar ou residir em outro território. Tais movimentações tendem a formar fluxos de trânsito de uma região a outra, dentro de um mesmo país, como no caso das chamadas “migrações internas”, ou fluxos de movimentações entre diferentes países ou continentes, como ocorre com os chamados “migrantes internacionais”, comumente designados “imigrantes”. Os fluxos de partida foram nomeados “emigração” e os da chegada ao destino, “imigração”. Paralelamente, surgiram os conceitos de “emissão” e “recepção” para caracterizar regiões ou países de onde partiam ou aonde chegavam os migrantes. (RESSTEL, 2015, p. 38)

De fato, o termo "migração" abrange uma variedade de deslocamentos humanos, que podem ocorrer em diferentes escalas, dentro de um mesmo país ou entre países e continentes. A diferenciação entre "emigração" e "imigração" demonstra que a migração é um fenômeno dual com fluxos de pessoas saindo de uma região, conhecida como emigração, e chegando a outra, denominada imigração.

A partir da perspectiva das migrações internacionais, Sasaki e Assis (2000) apresentam os estudos migratórios como um problema sociológico decorrente do processo de desenvolvimento capitalista. As autoras analisam o fenômeno de desestruturação das comunidades rurais, que impulsiona a busca por emprego e sobrevivência na zona urbana. Para fundamentar essa abordagem, as autoras recorrem a três teóricos clássicos - Marx, Weber, Malthus e Durkheim - que comumente enxergam a migração como uma consequência das novas demandas emergidas pelo capitalismo. Esses pensadores destacam como o sistema econômico capitalista influencia as dinâmicas sociais e econômicas, impulsionando a mobilidade humana em busca de melhores oportunidades e condições de vida nas áreas urbanas.

Sasaki e Assis (2000) ressaltam as significativas mudanças ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, que trouxeram consigo duas importantes transformações no contexto das migrações. Em primeiro lugar, houve uma reconfiguração dos fluxos

migratórios, impulsionada pelo surgimento de novos grupos migrantes⁸. Em segundo lugar, há preferência dos empregadores por trabalhadores migrantes, que eram direcionados a empregos subalternos, temporários e de baixa remuneração. O padrão de inserção no mercado de trabalho revela de forma inequívoca a estreita relação entre migração e a busca por empregos muitas vezes precários e vulneráveis. Esse fenômeno é ainda mais acentuado quando se considera as mulheres e minorias étnicas, que enfrentam o que pode ser chamado de "dupla" ou até "tripla" exposição a desafios no mercado de trabalho. Essas comunidades, ao migrarem, frequentemente se veem confrontadas com obstáculos adicionais, seja devido a diferenças culturais, barreiras linguísticas, discriminação de gênero ou etnia, todas as quais aumentam sua vulnerabilidade econômica e social. Para as autoras, os migrantes eram mantidos na esfera de imprecisão de serem mobilizados pelo sistema capitalista quando necessário mas, desprovidos do acesso a qualificação e melhores condições de trabalho para não ultrapassar trabalhadores nativos.

Sayad (1998) ao considerar o movimento migratório como aquele caracterizado por uma dupla contradição. Por um lado, é percebido como uma condição temporária que se prolonga, por outro lado, essa mesma condição pode se prolongar no tempo, resultando em uma permanência duradoura no país de acolhimento. Essa ambiguidade é alimentada pela própria "sociedade de imigração", que impõe a noção de provisoriedade aos migrantes, negando-lhes o reconhecimento de uma presença permanente⁹. Essa provisoriedade funciona como uma fronteira invisível que impede a plena integração e o reconhecimento dos migrantes como membros plenos da sociedade.

Para Sayad (1998), a forma como a sociedade enxerga e considera o migrante majoritariamente é moldada pelo seu lugar no mercado de trabalho. O trabalho não apenas define a inserção e integração do migrante na nova sociedade, mas também influencia a sua percepção e tratamento por parte da comunidade receptora. A migração pode ser vista como uma resposta às necessidades do mercado de trabalho, tanto em países de origem com demanda insuficiente quanto em países de destino com falta de mão de obra em determinados setores. Ainda, o ideal para o mercado é que o migrante fosse uma espécie de sistema de alavancas, puramente mecânico, porém, a este é fornecido condições mínimas das suas necessidades e aspirações humanas (SAYAD, 1998).

⁸ latino-americanos, asiáticos e não-brancos;

⁹SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998

Para entender melhor o fenômeno da migração, é fundamental analisá-lo como um processo social complexo, impulsionado por uma variedade de fatores. Existem causas diretas que têm um papel central na decisão de migrar, como a busca por melhores condições de vida, especialmente em um contexto de sistema capitalista onde a mobilidade humana é influenciada pelas demandas do mercado de trabalho.

Além disso, há fatores contribuintes que também desempenham um papel relevante, embora não sejam a causa imediata da migração. Esses fatores contribuintes podem incluir questões sociais, políticas e econômicas que preparam o terreno para o deslocamento ou amplificam suas consequências. A diferença crucial entre causa direta e fator contribuinte está relacionada ao grau de proximidade e impacto de cada elemento sobre o evento migratório. Enquanto a causa direta é o principal impulsionador da migração, os fatores contribuintes fornecem contextos e condições que tornam o processo migratório mais propenso a ocorrer e se manifestar de maneira específica (SAYAD, 1998). A globalização, as redes sociais e a reorganização da economia mundial são fatores contribuintes para a migração.

Sassen (1988) argumenta que a reorganização da economia global no final do século XX desempenhou um papel significativo na migração, embora ela não desprezasse outros fatores como pobreza, desemprego e crescimento populacional. A autora concentra sua análise na formação do que ela denomina como "espaços transnacionais", que vão além da simples movimentação de pessoas e abrangem também a circulação de capital, mercadorias, serviços e informações¹⁰.

A globalização promoveu uma transformação mundial significativa que encurtou as distâncias para os deslocamentos humanos. O "encolhimento do mundo" é um fenômeno impulsionado pelas novas tecnologias, como os avanços nas telecomunicações e nos meios de transporte, que têm permitido uma maior conexão e integração entre diferentes partes do globo (SASSEN, 1988). Essas inovações tecnológicas têm encurtado as distâncias facilitando os deslocamentos humanos, tornando o mundo mais acessível e interconectado. Além disso, o cenário de restrições fronteiriças em determinados países ao norte global fez com que muitos migrantes olhassem para o sul global como um destino alternativo

¹⁰ Esse conceito, contemporâneo à sua época, encontra exemplificação em áreas como as cidades fronteiriças, a exemplo de Pacaraima (RR), onde há uma clara correlação entre o fluxo de capital e a migração venezuelana. A dinâmica entre esses elementos ressalta a interconexão intrínseca entre os movimentos migratórios e os fluxos econômicos globais.

(BAENINGER, 2018). A crise de 2008 reverberou em anos subsequentes, reconfigurando os padrões migratórios e os direcionaram para países do Hemisfério Sul, incluindo tanto migrantes do Norte quanto do Sul global, destes, muitos escolheram o Brasil como destino (BAENINGER, 2018). Em 2010, o Censo Demográfico revelou um aumento de 86,7% na população migrante que residia no Brasil há pelo menos 5 anos em comparação com os dados de 2000.

Outro fator que pode contribuir para as mobilidades contemporâneas são as redes sociais que trata-se das múltiplas relações tanto na sociedade de destino quanto na origem¹¹. A configuração dessas redes não deve ser vinculada a indivíduos ou ambientes domiciliares, mas a grupos de pessoas que contém algum laço seja de amizade, parentesco ou experiência em comum, onde são criadas novas esferas de redes a cada contexto migratório (Sasaki e Assis, 2000). As migrações de longas distância são cada vez mais solidificadas pelas redes que dão respostas aos riscos e desafios enfrentados, como apoio emocional, prático e até mesmo financeiro. Um exemplo notável de migração, embora distinto do foco desta pesquisa, é o papel crucial das redes sociais para as mulheres peruanas. Segundo Dutra (2012), as recém-chegadas do Peru recebem informações vitais sobre alojamento e oportunidades de trabalho através das mulheres que já estão estabelecidas no Brasil. Para essas migrantes, a coesão da rede de mulheres co-éticas se revela de extrema importância, fornecendo apoio essencial e reduzindo a incerteza associada à migração. Esta rede se estende para além das conexões familiares, abrangendo comunidades inteiras de origem. A compreensão de que a migração não se restringe apenas a decisões individuais alinha-se com uma perspectiva analítica que considera o migrante como um participante de uma coletividade social, cuja existência é delineada a partir de vínculos sociais.

As redes sociais desempenham um papel fundamental ao determinar a escolha de embarcar em um projeto migratório ou permanecer no local de origem. São esses laços que formam a base das redes sociais, entendidas como o conjunto de relações estabelecidas entre o indivíduo e outros agentes ao seu redor. As conexões estabelecidas nas redes sociais podem influenciar e direcionar as decisões dos migrantes, fornecendo suporte emocional, informações sobre oportunidades de trabalho e abrigo, bem como auxiliando no processo

¹¹SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de O. “Teorias das migrações internacionais”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000.

de adaptação em territórios desconhecidos. Portanto, a migração é um fenômeno interdependente e complexo, no qual as escolhas individuais são profundamente afetadas pelas relações e contextos sociais.

A partir do século XXI, há o aumento significativo não apenas na imigração econômica, mas também nas migrações por motivos de refúgio¹² e ajuda humanitária. É crucial fazer uma distinção entre essas modalidades migratórias e aquelas que são consideradas voluntárias. Nos últimos anos, houve um impressionante aumento de 8.000% no número de venezuelanos em busca do status de refugiado em diversas partes do mundo¹³, especialmente nas Américas. Entretanto, muitos venezuelanos que preenchem os critérios para serem considerados refugiados optam por outras formas legais de permanência. Porém, neste trabalho será trabalhado como migrantes.

Assim, os migrantes contemporâneos empreendem uma busca por melhores condições de vida, conscientes de que a jornada pode se mostrar custosa e desafiadora. Esse cenário se revela especialmente relevante para as mulheres, que almejam ingressar no mercado de trabalho no destino, muitas vezes deparando-se com opções limitadas.

1.3 Mobilidade Global do Capital e Força de Trabalho.

Esta seção aborda inicialmente a perspectiva internacional, oferecendo uma visão abrangente da mobilidade global do capital e da força de trabalho. Em seguida, direciona o foco para o contexto específico do Brasil, permitindo uma compreensão da inserção laboral do migrante diante das mudanças na legislação e a movimentação da economia. Essa abordagem dual proporciona uma análise completa, considerando tanto os elementos globais quanto os aspectos locais que influenciam os movimentos populacionais e suas implicações socioeconômicas.

O cenário atual das migrações internacionais no país é marcado por uma notável diversidade e um aumento expressivo na chegada de trabalhadores migrantes. Essa conjuntura

¹² De acordo com a ACNUR, os refugiados são as pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.

¹³ ACNUR Brasil. Venezuela. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>

tem impulsionado um alargamento dos debates que envolvem diversos setores da sociedade. É importante compreender que o modelo capitalista que permeia nossa sociedade é um fator determinante em nossas interações, impulsionando os movimentos migratórios e afetando diretamente os migrantes e refugiados. Como discutido anteriormente, eles se deslocam em busca de uma melhoria na qualidade de vida, que engloba não apenas a inserção no mercado de trabalho, mas também o acesso a serviços de saúde e educação de boa qualidade.

O panorama internacional da reestruturação produtiva, do final do século XX ao século XXI, como analisado por Sassen (1988), impulsionou a mobilidade global do capital e da força de trabalho. Assim, essa impulsão foi desencadeada pelas transformações introduzidas pela reestruturação produtiva, que culminou na transnacionalização das empresas, um dos aspectos mais proeminentes nas décadas seguintes. Isso se manifestou na dispersão geográfica da produção e, em decorrência desse processo de reestruturação produtiva e da prática de acumulação maleável, o mercado de trabalho teve que se adaptar a essa nova realidade. Essa adaptação resultou em novas formas de trabalho, mais flexíveis, e uma aparente redução dos empregos regulares, com uma inclinação em direção a trabalhos em tempo parcial, temporários ou subcontratados, muitas vezes caracterizados por uma alta taxa de rotatividade de funcionários. Conforme destacado por Harvey (1993), uma tendência observada diante dessa transformação é a redução do número de trabalhadores fixos e o aumento da utilização de trabalhadores temporários. Essa dinâmica permite que as corporações tenham uma força de trabalho mais flexível, capaz de ingressar e deixar a cadeia produtiva sem gerar grandes encargos para as empresas. O autor destaca que a empregabilidade está sujeita às flutuações do mercado e à conjuntura econômica, expandindo em períodos de aumento da demanda e contraindo em fases de redução.

Entretanto, essa flexibilização do mercado de trabalho não deve ser analisada como uma onda positiva para os trabalhadores. Conforme Cacciamali (2001) argumenta, esse processo se manifesta através de uma série de fenômenos, dos quais alguns merecem destaque: o aumento das taxas de desemprego; uma maior alternância entre períodos de inatividade e participação no mercado de trabalho; uma crescente presença das mulheres, acompanhada pela adaptação e surgimento de ocupações mais condizentes com suas características; o surgimento de novas formas de contratos, tanto coletivos quanto individuais, para a mão-de-obra assalariada; a implementação de práticas de subcontratação ou terceirização, realizadas por meio de acordos comerciais; a existência de contratos não formalizados - muitas vezes acordados verbalmente à margem das leis trabalhistas; e um maior crescimento dos trabalhos autônomos ou de pequenos

empreendimentos, sem uma clara definição da relação entre capital e trabalho. Ou seja, a informalidade. Cacciamali (2001) define a informalização como um fenômeno intrínseco à economia globalizada, resultando na proliferação do trabalho informal e desregulamentado, uma faceta inerente ao sistema capitalista, marcando a crescente terceirização de atividades laborais, especialmente em setores que fazem uso intensivo de mão de obra temporária. A autora destaca que a informalidade no mercado de trabalho tende a aumentar em cenários caracterizados por elevadas taxas de desemprego, subemprego, pobreza, desigualdade de gênero e condições precárias de trabalho. Esses fatores contribuem para o crescimento contínuo do setor informal da economia. Também verifica-se que a economia informal pode coexistir e interagir com a economia formal. Essa interação ocorre por meio de relações comerciais que envolvem fornecimento ou subcontratação de bens e serviços, e é sensível às variações de expansão e contração da economia formal. Além disso, o crescimento econômico resultante da integração de setores e economias nacionais na economia global não necessariamente conduz a uma transição significativa para o emprego formal.

Conforme Sassen (2001) destaca, o crescimento na demanda por mão de obra menos especializada foi impulsionado principalmente pelo desenvolvimento do setor de serviços. Também, observou-se um impacto menor advindo do declínio do setor industrial. Esse fenômeno tem criado uma conjuntura propícia para a absorção de novos fluxos de migrantes internacionais, que encontram espaço em setores que demandam trabalhadores com habilidades menos específicas, tanto na indústria quanto nos serviços. Essa dinâmica evidencia a estreita interligação entre as necessidades do mercado de trabalho e os movimentos migratórios contemporâneos.

Paralelamente no cenário brasileiro, de acordo com dados do IBGE revela-se um crescimento impressionante de quase 10 milhões na população economicamente ativa entre 2003 e 2008. Durante esse período, o número de desempregados diminuiu significativamente, passando de 9,4 para 7,7 milhões, enquanto o total de ocupações remuneradas aumentou consideravelmente, indo de 70 para 81,8 milhões. Este cenário tornou o Brasil um local especialmente atraente para migrantes, já que os níveis de desemprego apresentavam uma tendência decrescente, criando oportunidades promissoras no mercado de trabalho (SANTOS, 2021).

Contudo, este contexto esbarrava na legislação do Estatuto do Estrangeiro, que limitava a mão de obra dos migrantes a empregos "especializados", justificando-se como uma medida

de proteção ao trabalhador nacional. A revogação do Estatuto do Estrangeiro em 2017 marcou um avanço significativo na harmonização das políticas migratórias do Brasil com as normas internacionais de direitos humanos.

A promulgação da nova Lei de Migrações (13.445/2017) marcou um avanço significativo ao adotar uma perspectiva fundamentada em direitos humanos, impactando na facilitação dos procedimentos de documentação para aqueles que buscam permanecer em território brasileiro, abrindo portas para uma maior integração no mercado de trabalho formal e o acesso pleno aos serviços públicos. O inciso XI do Artigo 4º assegura ao migrante o cumprimento de suas obrigações legais e contratuais trabalhistas, bem como a aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem qualquer forma de discriminação baseada na nacionalidade ou condição migratória. Ou seja, requerendo que um empregador cumpra as mesmas exigências estabelecidas para a admissão de um trabalhador brasileiro. Isso implica que o imigrante seja devidamente registrado em carteira e que a relação de trabalho siga as normativas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Apesar da promulgação da Lei das Migrações, a legislação ainda não conseguiu eximir os migrantes dos efeitos negativos do mercado informal. Um dos perigos inerentes a esse ambiente é a submissão a diversas formas de superexploração no âmbito laboral, como evidenciado nos recentes relatos envolvendo migrantes provenientes de países como Bolívia, Paraguai, Haiti, Peru e Venezuela, os quais foram resgatados de condições análogas à escravidão¹⁴. Outro destaque é referente a disparidade de renda entre imigrantes, de acordo com os dados do Observatório das Migrações (OBmigra), de 2020, de origem asiática e caucasiana é significativamente maior do que a observada entre imigrantes pretos e pardos, sendo estes últimos em grande parte provenientes da América do Sul. Em números, o relatório revela um padrão marcante de desigualdade salarial entre diferentes regiões geográficas. Os sul-americanos, centro-americanos, caribenhos e africanos apresentam uma concentração significativa de trabalhadores com remuneração entre 1 e 2 salários mínimos. Por outro lado, norte-americanos e europeus têm uma distribuição mais concentrada na faixa salarial mais alta, acima de 5 salários mínimos, indicando uma proporção maior de trabalhadores com renda substancialmente mais elevada. Enquanto os migrantes brancos (irlandeses e suíços, conforme citado no artigo), eram alvo de políticas que visavam à integração familiar no Brasil, garantindo

¹⁴ No entanto, esse fenômeno não é restrito ao Brasil, pois, segundo a Agência da ONU para as Migrações (OIM), estima-se que, em 2021, 50 milhões de pessoas estivessem vivendo em situações de trabalho análogas a escravidão.

direitegundo Santos (2021), as mulheres provenientes do Sul globalos fundamentais como salário digno, acesso à educação e proteção ao núcleo familiar, os migrantes negros se viam sujeitos a leis de caráter punitivo, que depreciavam sua identidade e cultura, dificultavam a formação de núcleos familiares, perseguiram lideranças e restringiam o direito de reunião. Por trás dessas políticas migratórias permeiam ideologias de embranquecimento populacional por meio da miscigenação, ancoradas em concepções racistas — à época erroneamente respaldadas pela chamada "ciência racial" — que afirmavam a suposta inferioridade biológica e cultural das pessoas negras em relação às brancas. Essa ideia sustentava a crença de que o progresso da nação dependia da presença de migrantes europeus. Essa “herança” reflete nas barreiras xenófobas e discriminatórias que impactam na inserção laboral dos migrantes, além de reforçar estereótipos de raça e gênero. S, quando comparadas às suas contrapartes do Norte, enfrentam desafios mais acentuados, especialmente no que se refere a questões de renda e acesso a setores ocupacionais mais privilegiados, levando em conta o país de origem das imigrantes.

Esses desafios transcendem questões de raça e gênero. A flexibilização do mercado de trabalho e o setor informal impõem desafios particulares às mulheres, demandando delas a habilidade de desenvolver estratégias adaptativas e demonstrar resiliência para assegurar uma participação plena e impactante no cenário laboral. Além dos desafios que afetam ambos os gêneros, como a instabilidade econômica e a escassez de oportunidades, as mulheres enfrentam obstáculos adicionais na sua integração ao mercado de trabalho. Estes incluem a persistência de estereótipos de gênero arraigados, a desigualdade salarial que persiste e a complexidade em conciliar a vida profissional com as responsabilidades familiares, especialmente para aquelas que acompanham o processo migratório. A divisão sexual, conforme definido por Hirata e Kergoat (2007), permeia profundamente a inserção laboral, operando por meio de dois princípios organizacionais: a Separação, que designa certos trabalhos como específicos para mulheres e outros para homens, e a Hierarquização, que estabelece uma valoração diferenciada do trabalho executado por homens e mulheres. Nesse contexto, a divisão sexual reduz a complexidade das identidades de gênero à binaridade do sexo biológico, limitando as práticas sociais aos chamados "papéis sociais sexuados". Isso, por sua vez, reforça o equívoco de que cada profissão ou ocupação está intrinsecamente vinculada a um gênero predefinido.

A inserção laboral de migrantes no contexto atual enfrenta uma série de desafios complexos e multifacetados. A predominância do mercado informal, aliada à flexibilidade crescente no mercado de trabalho, cria um ambiente onde os direitos e proteções laborais muitas vezes são inadequadamente garantidos. Esta realidade é ainda mais acentuada para as mulheres

migrantes, que se deparam com barreiras adicionais, como a persistência de estereótipos de gênero e a dificuldade em conciliar responsabilidades familiares com a busca de oportunidades de trabalho.

CAPÍTULO 2 – DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE SER MULHER MIGRANTE

Longe de ser um fenômeno exclusivamente masculino, as mulheres também são protagonistas nos fluxos migratórios, impulsionadas por uma variedade de fatores socioeconômicos, políticos e culturais. Este capítulo tem como objetivo aprofundar a compreensão da feminização da migração, explorando as causas e consequências desse fenômeno. Partindo da perspectiva, da migração, não apenas como deslocamento físico, mas como busca por um espaço onde cada migrante não apenas sobreviva, mas também prospere, assegurando o pleno acesso aos seus direitos. Esse contexto inclui, de modo particular, a integração no mercado de trabalho, um aspecto crucial em um contexto definido pelo sistema capitalista. Ainda, dentro deste cenário de desafios para a mulher, há um passo em direção da análise das mulheres pertencentes a grupos frequentemente hipervulnerabilizados na sociedade, como pessoas com deficiência (PcD), mulheres transexuais e idosas. Estes segmentos da população enfrentam desafios distintos e têm necessidades particulares que nem sempre são adequadamente abordadas nos discursos sobre migração. Assim, dedicando-se a analisar a face invisível da migração feminina.

2.1 Feminização do processo migratório.

Nos últimos anos, temos observado um fenômeno social significativo no contexto da migração: a crescente feminização do processo migratório. Longe de ser um fenômeno exclusivamente masculino, as mulheres também estão migrando em números cada vez maiores, impulsionadas por uma variedade de fatores socioeconômicos, políticos e culturais. Essa tendência representa uma mudança fundamental nas dinâmicas migratórias, que tradicionalmente eram associadas principalmente aos homens. Nesta seção, será explorado sobre a feminização da migração, examinando as causas e consequências desse fenômeno, assim como os desafios específicos enfrentados pelas mulheres migrantes em suas jornadas e ao chegarem aos países de destino. A compreensão dessa tendência é

essencial para informar políticas públicas e iniciativas que promovam a inclusão e o empoderamento das mulheres migrantes, reconhecendo suas contribuições valiosas e garantindo seus direitos em todas as fases do processo migratório.

A necessidade de migrar está intrinsecamente ligada à luta pela sobrevivência que cada ser humano possui, independente dos marcadores sociais como: faixa etária, classe social, crença religiosa e, principalmente, o gênero. Embora, sejam esses mesmos marcadores sociais que definirão os desafios, oportunidades, limitações ou privilégios enfrentados por homens e mulheres.

Mesmo com o aperfeiçoamento da tecnologia, a migração ainda é realidade para muitas pessoas, pois como demonstra os dados apresentados pela ONU, em 2019, de 272 milhões de migrantes em todo o mundo, equivalente a 3,5% da população global. Desses movimentos globais, observa-se a presença cada vez mais expressiva das mulheres em diferentes contextos, com alcance de isonomia entre os gêneros, quando 52% correspondem ao masculino e 48% ao feminino. Entretanto, os estudos sobre a presença das mulheres nas migrações são frutos da luta feminista, a partir da década de 1960, em garantir a participação na história (SCOTT, 1989).

A presença das mulheres ou destaques sobre a feminização dos espaços públicos relaciona-se aos crescentes debates acerca dos estudos de gênero, quando feministas revelam a participação das mulheres na história e reivindicam não a escrita de uma nova história reproduzindo mais um ponto de vista unilateral, mas sim, a promoção do alargamento e redefinição das noções tradicionais incluindo a subjetividade no âmbito público e político (SCOTT, 1989). Essa fragilidade na escrita da história é devido a perspectiva de quem a escreve, ou seja, as prioridades nos seus registros são direcionadas pelos historiadores, que por sua vez, a maioria eram homens¹⁵, e a luta das pesquisadoras feministas não é apenas dar voz aos silenciados.

De acordo com Rago (2001), quando o movimento feminista põe a mesa os seus temas, especificidades da condição feminina, expõe questões que antes só pertenciam a esfera privada e consideradas de pouca importância social e política. Mesmo assim, a presença das mulheres em muitos espaços não foi recebida com entusiasmo como a construção de um banheiro feminino no Plenário do Senado ocorreu após cinquenta e cinco

¹⁵ SCOTT, 1989

anos¹⁶. Esse fato ressalta que o ambiente político não havia se tornado inclusivo para as mulheres.

São inúmeros os estudos científicos que tem como objeto central a maior presença das mulheres que transversalizam em diferentes espaços, adotando a palavra “feminização” para tal conceito.

Para Oliveira (2017), no seu artigo “Feminização das Migrações nas Fronteiras da Amazônia”, é apresentado o conceito de feminização que assume diferentes sentidos conforme sua aplicação, assim, inicialmente, é tornar o espaço feminino com a presença intensa das mulheres em profissões ou ocupações, a partir da perspectiva de gênero (YANNOULAS, 2011). Ao analisar o trabalho, a feminização foi utilizada para diferenciar tarefas entre qualificadas e não-qualificadas, buscando justificar a precarização das condições laborais para as mulheres trabalhadoras (SOUZA-LOBO, 1991).

A inserção de mulheres no processo de trabalho com reconhecimento nas relações de gênero é uma vitória histórica fruto das lutas sociais e ao ilustrar as mulheres enquanto migrantes, depara-se com o fato de que não é recente o este processo, mas sim que, mais uma vez, a perspectiva engendradora das migrações ocorreu de forma tardia. Todavia, também não é que as mulheres possuíam total liberdade para tomarem decisões sobre seus destinos e iam e vinham conforme desejassem sem nenhuma barreira e apenas não eram registradas, porém, que registrar essas mulheres significava permiti-las a ocuparem espaços de decisões tal qual os homens e, ainda, poderiam incentivar a outras. Independente do motivo, a diáspora representa o posicionamento em ambiente público onde é também espaço de poder e decisão pertencente aos homens. Segundo Colling (2014), a mulher fora do lar representava perigo à ordem pública, assim, cabe a elas o espaço privado, não podendo jamais trair a sua natureza.

Deste modo, mesmo que as mulheres tenham ocupado historicamente o espaço privado estabelecido pelo limite patriarcal, elas nunca deixaram de migrar. Dessa forma:

Migrar é coisa para homem, costuma-se dizer sem pensar, sem atentar para estatísticas, fotos, depoimentos, histórias de famílias. Sim, as migrantes têm uma história. Desde sempre elas têm

¹⁶ <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario>

migrado, frequentemente na companhia de familiares, amigos e conhecidos em busca de melhores condições de vida e trabalho; mas migram também sozinhas, não só à procura de emprego, mas de independência, de casamento, ou até para fugir de discriminações e violências (BASSANEZI, 2012, p. 84).

Dessa forma, as mulheres igualmente aos homens colecionam experiências migratórias e fatores motivacionais para saírem. Este último desempenha um papel fundamental na tomada de decisão de migrar. A decisão de deixar o local de origem e buscar uma nova vida em outro lugar não é apenas um ato impulsivo, mas muitas vezes é resultado de uma análise cuidadosa de uma variedade de fatores. Esses fatores podem ser de natureza econômica, como a busca por melhores oportunidades de emprego e padrões de vida. Além disso, considerações sociais, como a busca por segurança, estabilidade familiar e qualidade de vida, também desempenham um papel significativo. As motivações podem ser influenciadas por questões políticas, conflitos armados, perseguições étnicas ou religiosas, bem como pela busca por liberdade e direitos humanos. Aspectos culturais, educacionais e até mesmo a curiosidade de explorar novos horizontes também podem desencadear a decisão de migrar.

Para as mulheres, dois fatores emergem como significativos ao moldar suas decisões, especialmente devido às questões de gênero: a busca pela garantia da liberdade e a importância das redes de apoio.

O alcance da liberdade é um dos fatores motivacionais subjetivos para a diáspora, ainda mais intenso quando o local de origem ou referência é enrijecido pelos paradigmas do patriarcado, com ambientes nocivos de violência física, psicológica, emocional e outras formas de agressões. Os fatores masculinos para os deslocamentos possuem naturezas e recursos distintos em sua maioria, que envolvem mais aventuras e autonomia e menos justificativas, objetivos e apoios (PERROT, 2019). Esses fatores subjetivos determinam o grau de emergência para o deslocamento, o trajeto a ser percorrido e a modificação constante da subjetividade e, ainda, configuram as relações construídas durante o deslocamento e no local de destino.

Outro fator motivacional que tendenciosa para que ocorra o deslocamento são as redes sociais. Trata-se de relações construídas que são laços que conectam grupos ou comunidades de migrantes e não-migrantes em um arranjo onde cada qual dispõe de papéis

sociais complementares que são baseadas em parentesco, amizade e origem comum (ASSIS, 2007).

As redes sociais foram impulsionadas ainda mais pela globalização que quando promove o avanço dos meios de transportes com mais comodidade, segurança e velocidade, impactou também na comunicação entre os migrantes, já que as informações sobre o local de destino circulam com facilidade. Essa comunicação valiosa ampara a quem deseja migrar e, é estabelecida e fortalecida pelas pessoas estabelecidas no local de destino recentemente ou não ou que ainda estão em deslocamento.

De acordo com Assis (2007):

As redes migratórias consistem em laços sociais que ligam as comunidades remetentes aos pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços unem migrantes e não-migrantes em uma rede complexa de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. As relações em rede mais importantes são as baseadas em parentesco, amizade e origem comum, as quais são reforçadas por uma interação regular em associações voluntárias. (ASSIS, 2007, p. 752).

Em suma, as redes sociais desempenham um papel intrínseco e multifacetado nas vidas das migrantes. São construídas a partir da interação entre aqueles que estão em movimento e os residentes da sociedade de destino, compreendendo laços interpessoais que variam em termos de grau de parentesco, amizade e mesmo origem compartilhada. Estas redes não só oferecem apoio emocional e prático, mas também servem como uma plataforma que viabiliza a adaptação e integração dos migrantes em novos ambientes. Como destacado por Lisboa (2003), a riqueza dessas redes não se restringe apenas a contatos familiares e conhecidos, incluindo também organizações não governamentais e instituições que se dedicam ao acolhimento e suporte dos migrantes. Assim, as redes sociais constituem um valioso recurso que ajuda a pavimentar o caminho dos migrantes em direção a uma nova realidade, proporcionando-lhes conexões, informações e auxílio fundamentais ao longo de suas trajetórias.

2.2 Eu migro, logo existo.

Entender a migração transcende a simples transição geográfica. Nesta seção, será abordado a experiência da migrante a partir de uma perspectiva subjetiva, compreendendo quais são as motivações para a saída, a justificativa para o local de destino e a meta para alcance. A migração não se limita ao deslocamento físico, trata-se da busca por um espaço onde cada migrante não apenas sobreviva, mas também prospere, assegurando o pleno acesso aos seus direitos. Isto inclui, de modo particular, a integração no mercado de trabalho, um aspecto crucial em um contexto definido pelo sistema capitalista.

A famosa frase "penso, logo existo" de René Descartes expressa que, ao duvidar da própria existência, chegamos à conclusão de que pensamos e, portanto, existimos. A dúvida é uma prova da nossa existência, pois para duvidar é necessário ser consciente, caso contrário, não haveria a capacidade de duvidar e, conseqüentemente, não poderia-se afirmar a existência. Na contramão da perspectiva analítica que desenha o migrante ideal¹⁷ Como uma espécie de maquinário, o trocadilho com a frase icônica de Descartes reflete sobre a existência e a realidade da migrante que encara dificuldades para ter seus direitos reconhecidos e garantidos. Para além dos números de entradas fronteiriças, as pesquisas sobre contextos de migração devem direcionar a análise para as necessidades intrínsecas do objeto de estudo, isto é, uma abordagem sociológica que é centrada na pessoa migrante como ser humano e sujeito de direitos, compreendendo os desafios, barreiras, motivações das pessoas (SAYAD, 1998).

Ao atravessar a fronteira, estão juntas as memórias, os saberes e as experiências absorvidas no seu local de saída/referência. Quando as mulheres resolvem deixar seus lares, carregam consigo a busca pela autonomia financeira e liberdade, sendo também responsáveis pelo sustento de quem fica. Ao olhar os objetivos que as migrantes buscam por novos horizontes, é possível desenhar objetivos específicos e gerais, sendo que este último, motivado por uma ótica capitalista, é a busca por oportunidades laborais.

Mezzadra (2015) enfatiza que a análise dos movimentos migratórios deve ir além das estatísticas e números, adentrando nos territórios dos sonhos, desejos, expectativas e comportamentos das pessoas que se deslocam, ou seja: a subjetividade. Essa abordagem busca compreender como novos dispositivos de exploração e dominação se manifestam nesse contexto, evitando uma visão romantizada da migração, reconhecendo que, por trás das

¹⁷SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

estatísticas, estão indivíduos com histórias, motivações e experiências únicas, que frequentemente enfrentam desafios complexos durante suas jornadas migratórias. A subjetividade não é deixada na fronteira ou esquecida para se construir uma nova. Essa bagagem imaterial acompanha as migrantes, que oportunamente relembram com veemência sobre a sua trajetória, com a finalidade de advogar a relevância da presença. Em conversas com as mulheres venezuelana, é comum que ao se apresentarem seus nomes sejam seguidos por suas carreiras profissionais que deixaram, como estratégia de afirmar seu valor na sociedade.

De acordo com o trecho coletado do jornal G1 Roraima¹⁸, a venezuelana Carol Formaniak, advogada na Venezuela com especialidade em Direitos Humanos das mulheres e crianças, veio para Boa Vista(RR) em 2015 com a intenção de trabalhar com sua formação, mas se viu obrigada a omitir essas informações para conseguir o emprego de operadora de caixa. Dessa forma:

“Eu dava palestras em todo o estado, mas guardei todos os meus sonhos porque tenho filho e não queria que nós estivéssemos na Venezuela neste grave momento. A situação lá é muito crítica. Então, deixei minha casa para trás e vim embora para cá no dia 20 de outubro de 2015.”

Assim como Carol Formaniak, a venezuelana que deixou sua trajetória profissional por falta de salários dignos, há outras mulheres que enfrentam situações semelhantes que são obrigadas a largarem sua trajetória profissional, a ocuparem empregos precários e mal remunerados. Essa situação torna-se ainda mais vulnerável, quando as mulheres são chefes de famílias monoparentais e carregam o peso de sustentar suas famílias na Venezuela.

Aleska¹⁹ havia terminado há pouco tempo a graduação em medicina e a residência em pediatria, quando precisou vir ao Brasil por não conseguir pagar as contas ao final do mês, precisando abrir mão da sua carreira e ocupar a vaga de cozeira em um hospital de São Paulo

¹⁸ G1. Refugiados venezuelanos mudam de carreira para arranjar emprego em RR. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/07/refugiados-venezuelanos-mudam-de-carreira-para-arranjar-emprego-em-rr.html>>. Acesso em: 02 de novembro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/07/refugiados-venezuelanos-mudam-de-carreira-para-arranjar-emprego-em-rr.html>

¹⁹ONU Mulheres. "Médica venezuelana busca revalidar diploma para exercer sua profissão no Brasil". Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/medica-venezuelana-busca-revalidar-diploma-para-exercer-sua-profissao-no-brasil/>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

(SP). Na impossibilidade de continuarem suas carreiras, as mulheres recorreram a empregos ilegais principalmente em restaurantes, serviços domésticos e confecções. Por outro lado, os empregadores recorrem a este tipo de mão-de-obra diante das óbvias vantagens, como: incumprimento fiscal, flexibilidade e não aplicação da legislação laboral. Essas mulheres são, portanto, as trabalhadoras mais exploradas e vulneráveis (MOROKVASIC, 1984).

As migrantes almejam a recolocação profissional através da revalidação dos seus diplomas, contudo, esbarram no processo custoso, extenso e altamente burocrático. Não há dados oficiais que apontem a quantidade de migrantes que obtiveram seus diplomas validados, porém, de acordo com a estimativa da Universidade Federal do Pará, apenas 10% alcançaram essa política²⁰. Dessa forma, resta permanecer no subemprego partindo do mesmo ponto em comum. A descontinuidade da carreira somado a “provisoriedade²¹” entregue a pessoa migrante é resultado de políticas que limitam a construir soluções de curto prazo, utilizando a justificativa de ser temporário para não oferecer uma inserção duradoura.

A inserção laboral descompassada afeta os migrantes independente do gênero, contudo, há barreiras sociais que partem do espectro do “ser mulher” e somado ao “ser migrante” que promovem um cenário laboral tendencioso à exploração. Tais barreiras são: patriarcado, desconhecimento dos direitos trabalhistas, misoginia, desencorajamento da regularização (aquisição da carteira de trabalho), precarização do ambiente e ferramentas de trabalho e divisão sexual. Este último elemento envolve duas esferas distintas, pois, socialmente, reserva papéis diferente entre os homens e as mulheres²², sendo que o primeiro grupo é direcionado a esfera da produção e o segundo a esfera da reprodução.

Portanto:

As mulheres tendem a ser segregadas em ocupações específicas, cuidadosamente delimitadas por uma ideologia que vincula sua atividade ao seu gênero, com a grande maioria, portanto, trabalhando em ocupações definidas como tendo alguma semelhança estrutural com seu papel familiar. (MOROKVASIC, 1984, p. 4)

²⁰ G1. Burocracia, custos e lentidão nos processos dificultam a revalidação de diplomas de refugiados. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/11/30/burocracia-custos-e-lentidao-nos-processos-dificultam-a-revalidacao-de-diplomas-de-refugiados.ghtml>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

²¹ SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

²² COLLING, Ana Maria; TEDESCHI. Losandro Antônio. (Org.). Dicionário Crítico de Gênero. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2015. 682p.

Assim sendo, a questão não se fundamenta em um determinismo biológico, mas sim na construção social. Observa-se que as mulheres são direcionadas para ocupações específicas, alinhadas com padrões de gênero predefinidos. Essa distinção impacta o salário recebido pelas trabalhadoras pois considera-se que esse trabalho desenvolvido por elas é uma extensão das atividades domésticas. Morokvasic (1984) relembra que a presença laboral das mulheres é contínua, contudo, o reconhecimento desse trabalho como uma atividade econômica ocorre de maneira variável, ou seja, ora recebem financeiramente por isso ora não. A convergência do trabalho das mulheres com os papéis domésticos, frequentemente associado a esse contexto, e a sua execução em ambiente doméstico destacam a questão central da interconexão entre a exploração das mulheres no âmbito domiciliar e sua exploração no sistema econômico.

No entanto, ao comparar as tarefas executadas por homens e mulheres, é notável que o trabalho feminino comumente é considerado "mais leve", enquanto o masculino é visto como "mais pesado e complexo". Essa percepção mascara a realidade do trabalho das mulheres e reflete uma pré-concepção de que as mulheres são mais adequadas para o trabalho doméstico. Em decorrência da subvalorização que frequentemente afeta o trabalho feminino, ele acaba sendo remunerado a taxas mais baixas em comparação com o trabalho masculino. Isso se relaciona em grande parte com o fato de que o trabalho atribuído às mulheres frequentemente é direcionado para setores que são tradicionalmente considerados como de menor complexidade, como funções de cuidado ou suporte. Por outro lado, muitas vezes o trabalho masculino é vinculado a atividades de planejamento, gerenciamento, controle e liderança, que são mais amplamente reconhecidas e recompensadas com salários mais elevados. Certamente, a desvalorização do trabalho feminino não se limita aos fluxos migratórios, ela permeia todas as mulheres em diversas sociedades, incluindo aquelas consideradas mais desenvolvidas. As mulheres continuam sendo alvo de discriminação e quando amplia para as mulheres de diferentes perfis tais como com deficiência física, idosas e transexuais, depara-se com outras veias que por suas vezes possuem barreiras concretizadas maiores ou pior, não são consideradas como perfil válidos a ocuparem esses espaços, pois, diferentes dos homens, o corpo feminino é considerado como pré-requisito não apenas a estética, mas, a sua durabilidade, ou seja, há padrões que estão dentro dos trabalhos já (redundantemente) padronizado para mulheres.

As mulheres estão se tornando protagonistas nos processos migratórios, buscando oportunidades, segurança e uma vida melhor em terras distantes. No entanto, por trás desse movimento encontra-se uma realidade complexa e multifacetada.

A simples feminização não é suficiente, pois, ao abordar a validação das mulheres nos domínios públicos, é crucial entender que não se resume apenas à contagem numérica, envolve analisar as batalhas cotidianas travadas para garantir um ambiente propício, digno e igualitário para sua participação. Isso requer a superação das disparidades estruturais, dos estereótipos de gênero e a promoção de medidas que criem ambientes inclusivos e seguros.

2.3 A transversalidade e feminização de quem fica para trás.

A feminização dos fluxos migratórios é um fenômeno complexo que reflete mudanças significativas nas dinâmicas sociais e econômicas globais. No entanto, por trás dessa tendência aparentemente positiva, existem nuances importantes que muitas vezes passam despercebidas. Este tópico aborda de forma específica as experiências das migrantes que pertencem a grupos frequentemente marginalizados na sociedade: pessoas com deficiência (PcD), mulheres transexuais e idosas. Esses segmentos da população enfrentam desafios distintos e têm necessidades particulares que nem sempre são adequadamente abordadas nos discursos sobre migração. Essa seção dedica-se a explorar a face muitas vezes invisível da migração feminina, revelando os desafios, obstáculos e oportunidades que as mulheres enfrentam ao deixar seus lares em busca de um futuro diferente.

A crescente prevalência do desemprego entre mulheres é uma questão que demanda uma compreensão mais abrangente. Essa complexa realidade está enraizada em uma série de fatores, destacando-se a segregação ocupacional baseada no gênero, que limita as opções de trabalho disponíveis para as mulheres, frequentemente direcionando-as para setores com remuneração inferior e menor estabilidade. Além disso, as interrupções de carreira decorrentes da maternidade ainda são uma barreira significativa para a progressão profissional das mulheres, mesmo que as lutas sociais para equiparar as igualdades sociais sejam frequentes na sociedade atual.

No entanto, é crucial destacar que as mulheres transexuais, as idosas e as pessoas com deficiência (PcD) enfrentam desafios adicionais de exclusão no mercado de trabalho. Mulheres transexuais lidam com a discriminação e a falta de reconhecimento de sua identidade de gênero, o que pode resultar em dificuldades na obtenção de emprego e avanço na carreira. As mulheres idosas frequentemente enfrentam estereótipos de idade que as

marginalizam e limita suas oportunidades de emprego, apesar de sua vasta experiência. Quanto às PcD, a falta de acessibilidade física e de atitudes inclusivas por parte dos empregadores resulta em uma taxa de desemprego notavelmente alta.

2.3.1 Migrantes Transexuais

No movimento migratório diversos são seus atores, mas, pode-se afirmar que ele não é constituído só pelo gênero masculino, ao contrário dele fazem parte as mulheres cisgênero, transexuais, idosas, bissexuais, lésbicas e assexuais todas com graus de dificuldades idênticas ou de acordo com seu gênero. Para as mulheres transexuais as dificuldades decorrem da estigmatização ainda mais intensa e direta devido à sua expressão de gênero e ao uso do nome social. As mulheres dos perfis mencionados anteriormente muitas vezes sentem a necessidade de camuflar ou ocultar sua identidade de gênero e/ou orientação sexual em ambientes discriminatórios, tal realidade é agravada pela complexa intersecção de raça, gênero e sexualidade que as mulheres transexuais enfrentam, indo além do simples fato de serem migrantes transnacionais.

Na presente ilustração, salienta-se que o Estado, cuja capital se encontra no extremo Norte, configura um contexto menos propício à acolhida da população LGBTQIA+. Em questões de registros dos dados oficiais, a morte violenta da população em razão da orientação sexual (e identidade de gênero, no caso das mulheres transexuais), são escassos, o que significa para a problemática da invisibilidade e da não subnotificação. Entretanto, nos jornais roraimenses, é publicada as notícias de violência com requintes de crueldade contra essa população, denotando a existência de um cenário alarmante de violência e marginalização que exerce um impacto direto sobre a segurança e o bem-estar dos indivíduos. Em particular, as mulheres transexuais venezuelanas em situação de deslocamento forçado sofrem uma dupla deslegitimação social. Em primeiro lugar, são estigmatizadas por serem migrantes, e, em seguida, enfrentam discriminação adicional devido à sua identidade transexual.

A inserção das mulheres venezuelanas transexuais no mercado de trabalho é mais um desafio que reflete as desigualdades e barreiras enfrentadas por essa comunidade. A discriminação, o preconceito e a falta de inclusão são obstáculos significativos que dificultam o acesso das mulheres transexuais a oportunidades de emprego justos e

igualitárias. O depoimento da Desirée, venezuelana transexual há mais de 6 anos no Brasil buscando por inserção laboral, em uma entrevista²³ conduzida pela ACNUR ilustra o contexto descrito. A migrante sublinha que, mesmo na Venezuela, as oportunidades para mulheres transexuais acessarem a educação formal ou participarem de cursos são extremamente limitadas, mostrando que o país de origem também detém práticas nocivas para elas. Ela também relata: "às vezes, bato nas portas, mas por ser uma mulher trans venezuelana, é muito difícil encontrar um trabalho. Como não trabalho formalmente, também é difícil para mim me manter aqui. Graças ao apoio de algumas trans, consegui me estabilizar um pouco aqui em Roraima". Nesse relato, evidenciam-se a dupla discriminação que se convertem em obstáculos significativos que envolvem a identidade de gênero: mulher e transexual. Outra realidade é que devido ao apoio de outras mulheres transexuais é que a migrante conseguiu o que ela diz "estabilizar".

Essas múltiplas formas de marginalização e exclusão criam obstáculos significativos para sua integração social e profissional, enfrentando dificuldades desde da chance de estabelecer redes de apoio e buscar ajuda no país de destino, especialmente quando a discriminação e o medo de novas violências estão presentes (FRANÇA; FONTGALAND, 2020). Os conterrâneos apresentam comportamentos hostis e preconceituosos, reduzindo a população LGBTQIA + a "maricas que transmitem doenças e faltam com respeito a família, envergonhando as crianças com suas demonstrações de afeto". No entanto, como estratégia de sobrevivência, as migrantes transexuais já estabelecidas fortalecem as redes de apoio entre pares, acolhendo as recém-chegadas, orientando sobre acesso a direitos e acompanhando-as em seus deslocamentos.

Confrontadas com estigmas e estereótipos negativos que limitam suas perspectivas profissionais, as mulheres transexuais sentem a pressão de retirar o uso do nome social e abandonar as roupas que as fazem sentir mais confortáveis, na tentativa de reverter esse cenário. Para as mulheres transexuais, uma das principais violências às quais estão submetidas é a imposição de retirada do nome social é uma forma extrema de violência que viola o direito fundamental de liberdade de identidade. Ao negar o reconhecimento do nome pelo qual uma pessoa transexual se identifica, sua autonomia e dignidade são

²³ACNUR. Há cinco anos, a venezuelana Derisée busca uma oportunidade formal de trabalho no Brasil. YouTube, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LXo3eXGwJbA>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

prejudicadas, sujeitando-as a constrangimentos e exclusão social. Essa prática discriminatória não apenas restringe o direito de ir e vir, mas também reafirma a marginalização e a negação da identidade das pessoas transexuais, perpetuando a violência estrutural e a falta de respeito aos direitos humanos.

Desse modo, à medida que a sociedade avança na compreensão da diversidade de identidades de gênero, há um movimento crescente em direção à inclusão e ao reconhecimento dos direitos das mulheres transexuais. Para estimular o processo de empregabilidade das mulheres transexuais, as Agências das Nações Unidas como o UNFPA, ACNUR e ONU Mulheres, que têm o mandato de mitigar, prevenir e responder à violência de gênero e outras formas de violência, promovem capacitações específicas sobre empreendedorismo e inserção laboral, além de fortalecerem as redes locais de associações e grupos de defesa dos direitos voltados a esse público²⁴.

Outro elemento que contribuiu para a rejeição das mulheres transexuais é a falta de conscientização e sensibilização por parte dos empregadores e colegas de trabalho também contribuiu para a criação de um ambiente hostil e não acolhedor para as mulheres transexuais. Em razão disso, são poucas as iniciativas que visam a inserção da comunidade LGBTQIA+ na interiorização por vaga de emprego sinalizada, assim, maioria dos casos de interiorização ocorre por meio de modalidades institucionais, como demonstrado pelo relato da transexual Francis Lombardi, que enfrentou xenofobia e LGBTfobia durante sua estadia em Roraima e atualmente reside no Rio de Janeiro²⁵.

A realidade aqui exposta é uma consequência direta das falhas sistêmicas que não garantem a segurança, os direitos e as oportunidades econômicas adequadas para as mulheres transexuais.

As dificuldades no mercado de trabalho, como já dito anteriormente, se estende a todas as mulheres, transcendendo a faixa etária. Ao considerar as mulheres mais velhas, entretanto, emergem desafios adicionais mais acentuados e distintos que demandam uma abordagem específica e cuidadosa, pois, são vistas como menos adequadas, produtivas ou

²⁴ONU Mulheres. ONU Mulheres intensifica atividades com refugiadas e migrantes em Roraima. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/185547-onu-mulheres-intensifica-atividades-com-refugiadas-e-migrantes-em-roraima>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

²⁵ G1. Após fugir da Venezuela, transexuais tentam recomeçar vida no Rio e relatam preconceito e agressões. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/29/apos-fugir-da-venezuela-transexuais-tentam-recomecar-vida-no-rio-e-relatam-preconceito-e-agressoes.ghtml>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

obsoletas. Esse grupo é submetido a preconceitos arraigados, relegado a papéis secundários, desconsiderando o potencial.

2.3.2 Migrantes idosas

Ainda sobre o processo de empregabilidade das mulheres migrantes que se recorre à análise de Campos & Barbieri (2013), para quem é possível identificar dois grupos distintos de migrantes idosos. O primeiro grupo é composto por aqueles que já possuem melhores condições de vida e renda e optam por migrar em busca de aproveitar os benefícios disponíveis em outros lugares. Já o segundo grupo é formado por idosos que enfrentam dificuldades em suas condições de vida e renda e buscam ambientes que ofereçam melhores oportunidades para enfrentar essas fragilidades. Nesta seção, abordaremos o segundo grupo de migrantes idosos.

Previamente a isso, o processo de adaptação ao novo contexto impõe desafios notáveis para as pessoas idosas, abrangendo uma série de fatores, com destaque especial para a saúde e a linguagem. Em um relato²⁶ para o UNFPA, a migrante venezuelana Alegria Campos, de 70 anos, compartilhou que a adaptação é difícil pois “o calor é muito intenso, tem a questão da língua, precisei buscar tratamento médico. Alugar e dividir uma casa também não é fácil”. Esta narrativa ilustra vividamente os obstáculos multifacetados que os idosos enfrentam ao se estabelecerem em um novo ambiente. A entrevista revela que a senhora Alegria está se preparando para um procedimento cirúrgico, o qual ela teve acesso através do Sistema Único de Saúde (SUS).

O critério de idade para considerar uma mulher como idosa varia de acordo com a instituição. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Previdência Social, mulheres são consideradas idosas a partir dos 60 anos. No entanto, no contexto do mercado de trabalho, a classificação de idade pode ser mais flexível, muitas vezes dependendo das oportunidades disponíveis para emprego. Isso significa que, para o mercado de trabalho, uma mulher pode ser considerada idosa mesmo antes de atingir os 60 anos, com base nas atividades laborais e nas vagas oferecidas. A inserção laboral das

²⁶UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas). Migração na terceira idade: conheça história de alegria. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/migra%C3%A7%C3%A3o-na-terceira-idade-conhe%C3%A7a-hist%C3%B3ria-de-alegria>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023

migrantes idosas tem sido frequentemente negligenciada, deixando-as em desvantagem no mercado de trabalho. Essas mulheres enfrentam uma série de desafios, incluindo a discriminação com base na idade, a falta de familiaridade com o idioma e a cultura do país de destino.

De acordo com a OBMigra, em 2019, a maioria dos trabalhadores migrantes da América do Sul está concentrada na faixa etária de 20 a 40 anos, representando cerca de 62,5% do total. É importante ressaltar que, nessa mesma faixa etária e região, os trabalhadores migrantes enfrentam uma situação desfavorável em termos de rendimentos, recebendo os menores valores em comparação às demais faixas etárias e regiões. Esses números demonstram que mesmo que sejam poucos os migrantes com mais de 40 anos, aqueles que estão nessa faixa etária ainda enfrentam desigualdades salariais, recebendo entre 4,2 a 5,5 salários mínimos.

Além disso, a falta de oportunidades adequadas e acessíveis de capacitação e formação profissional também limita suas perspectivas de emprego. Essas mulheres trazem consigo uma riqueza de experiência e habilidades valiosas, mas muitas vezes são ignoradas e subvalorizadas. Essa exclusão do mercado de trabalho coloca as mulheres migrantes idosas em situações de vulnerabilidade econômica e social, dificultando sua capacidade de se sustentarem e de contribuírem plenamente para a sociedade.

Além de enfrentarem a necessidade de se inserirem no mercado de trabalho, as migrantes idosas também buscam acesso adequado ao sistema de saúde, apoio familiar e a possibilidade de alcançar um custo de vida mais baixo. Embora a inserção laboral seja um objetivo primordial, outros elementos também desempenham um papel crucial em suas vidas. Ter acesso a cuidados médicos e suporte familiar é essencial para garantir seu bem-estar e qualidade de vida. Além disso, a busca por um custo de vida mais baixo permite que as migrantes idosas possam suprir suas necessidades básicas de forma sustentável.

Para as mulheres migrantes idosas, a busca por emprego e sustento não é apenas uma questão de sobrevivência, mas também de dignidade e inclusão social. É essencial que políticas públicas e programas de apoio sejam implementados para garantir oportunidades de trabalho justas e acessíveis, capacitação e formação profissional adequadas, bem como a proteção de seus direitos trabalhistas. Somente através de uma abordagem holística e inclusiva será possível criar um ambiente que valorize e respeite a contribuição das migrantes idosas para a sociedade, promovendo assim sua plena integração e bem-estar.

2.3.3 Migrantes com Deficiência

A interseção de gênero, migração e deficiência revela um contexto complexo em que as mulheres com deficiência são marginalizadas e enfrentam desafios específicos no acesso ao emprego, serviços de saúde, apoio social e direitos básicos. O Relatório Global sobre Tecnologias Assistivas da ONU (2022) destaca que aproximadamente um bilhão de pessoas em todo o mundo possuem algum tipo de deficiência. As mulheres enfrentam uma prevalência ainda maior, representando 19% em comparação aos homens, cuja taxa é de 12%. No Brasil, em 2019, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), 6,3% da população com 18 a 59 anos de idade eram formados por pessoas com deficiência.

Ao analisar sobre a inserção laboral das pessoas com deficiência, encontra-se barreiras diversas como discriminação, estereótipos negativos, falta de acessibilidade física e de recursos de apoio. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), em 2019, mais da metade das mulheres com deficiência, no grupo etário de 18 a 59 anos, encontravam-se fora da força de trabalho e que o maior motivo da não procura por trabalho era a ocupação com tarefas domésticas²⁷ e por questões de saúde. Outros fatores significativos que podem ter contribuído negativamente para a desistência na busca por trabalho são a discriminação enfrentada anteriormente pelas mulheres com deficiência e a inacessibilidade como falta de adaptações nos ambientes de trabalho, transporte inadequado e ausência de tecnologias (BOTELHO, 2022).

Dessa forma, ao considerar a tríade analítica de gênero-migração-deficiência, percebe-se a amplificação das vulnerabilidades enfrentadas por essas pessoas. Elas se deparam com ambientes, como o mercado de trabalho, serviços de saúde e de educação, que são permeados por xenofobia, sexismo e capacitismo, transmitindo a mensagem de que não é o seu lugar. Para as migrantes venezuelanas surdas, a chegada ao país brasileiro é completamente desafiadora, pois são raras as pessoas que são intérpretes de Língua de Sinais Venezuelana (LSV), até mesmo entre os trabalhadores humanitários. Em uma entrevista²⁸ concedida a ACNUR, Nelys, uma participante ativa do projeto "Empoderando

²⁷ Na percepção dos informantes da PNS, a atribuição de tarefas domésticas às mulheres contribui para esse resultado.

²⁸ ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Com deficiência e empoderadas: mulheres refugiadas e migrantes recebem capacitação para o mercado de trabalho no Brasil. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/12/03/com-deficiencia-e-empoderadas-mulheres-refugiadas-e->

Refugiadas" e cadeirante, destaca a importância de considerar as necessidades das pessoas com deficiência. Desde sua chegada ao Brasil, ela enfrentou desafios para encontrar trabalho formal devido às barreiras do idioma e à falta de acessibilidade. Nelys compartilha uma mensagem inspiradora: "Espero que as pessoas com deficiência, assim como eu, se levantem. O que estou fazendo é dar um exemplo de que é possível. Muitas vezes as pessoas se surpreendem com o que as pessoas com deficiência podem alcançar". Na Venezuela, ela trabalhava como auxiliar de cozinha e agora está determinada a encontrar uma oportunidade semelhante no Brasil. Nelys enfatiza sua determinação: "Espero conseguir vencer, tenho vontade de vencer e vou conseguir". Este relato ilustra a resiliência e a determinação das pessoas com deficiência na busca pela inclusão e sucesso profissional, mesmo diante de desafios significativos.

De acordo com a estimativa da ACNUR, cerca de 3% das pessoas abrigadas enfrentam algum tipo de deficiência ou têm necessidades específicas, o que representa um desafio significativo para as organizações e o mercado de trabalho. Essa estatística sublinha a importância de políticas inclusivas e da criação de condições que permitam a plena participação dessas pessoas na sociedade, em linha com os princípios de direitos humanos e equidade.

A inclusão de indivíduos com deficiência no mercado de trabalho não só representa um passo fundamental em direção à justiça social, mas também pode impulsionar a diversidade e a inovação nas organizações. No entanto, para alcançar essa inclusão, é essencial que haja investimento em infraestrutura acessível, treinamento especializado e a implementação de políticas de inclusão que levem em consideração as necessidades específicas desses profissionais.

CAPÍTULO 3 - INSERÇÃO LABORAL DA MULHER VENEZUELANA VIA OPERAÇÃO ACOLHIDA

No terceiro capítulo, adentra a complexa interseção entre o mercado de trabalho e a experiência das mulheres migrantes venezuelanas, uma exploração que transcende a simples busca por oportunidades laborais em países receptores. Esta análise aprofundada não apenas

identifica as barreiras substanciais que essas mulheres enfrentam ao procurar emprego em território estrangeiro, mas também destaca as estratégias de adaptação que desenvolvem para superar tais obstáculos. Ao longo deste capítulo, lança-se luz sobre as contribuições valiosas que as mulheres migrantes trazem para as economias dos países de acolhimento, evidenciando seus talentos, habilidades e potencial de crescimento econômico. Enfatizando a centralidade das mulheres venezuelanas na busca por inserção no mercado de trabalho, este capítulo explora as dinâmicas e os desafios específicos que permeiam essa jornada. Analisam-se as barreiras enfrentadas, as estratégias de adaptação empregadas e as contribuições significativas que essas mulheres oferecem às economias dos países anfitriões.

3.1 Um breve panorama da inserção laboral do migrante venezuelano.

Entre os migrantes venezuelanos, as mulheres têm desempenhado um papel fundamental na busca por inserção no mercado de trabalho. Neste sentido, surge a necessidade de compreender as dinâmicas e os desafios enfrentados pelas mulheres venezuelanas ao procurarem emprego em território estrangeiro. Nesta seção, é apresentada a interseção entre o mercado de trabalho e a experiência das mulheres venezuelanas migrantes, analisando as barreiras enfrentadas, as estratégias de adaptação e as contribuições que essas mulheres trazem para as economias dos países de acolhimento.

Nas ruas ou estradas que cruzam o “corredor migratório” que, de norte a sul, vai de Pacaraima passando por Amajari até Boa Vista, encontra-se a pluralidade de mulheres migrantes venezuelanas com o objetivo em comum de prover a autossuficiência e/ou o sustento de quem ficou para trás. São inúmeras as histórias contadas pela mulheres sobre suas expectativas ou sobre as atividades que exerciam na Venezuela, mas, por conta da crise econômica e política foram forçadas a deixar seus empregos que já não era o suficiente para o sustento e a satisfação imediata de suas necessidades o que levou a decisão se desloca a países da América Latina²⁹ devido aos recursos financeiros limitados e questões geográficas (RODRIGUES, 2009). Cabe destacar que migrar para América Latina não é a única decisão, pois o processo migratório venezuelano está para o mundo como a migração está para aqueles que desejam mudar suas vidas. De acordo com OBmigra (2020), entre 2018 e 2019, foi

²⁹FOLHA DE SÃO PAULO. Piauí. Mulheres venezuelanas cruzam fronteira em busca de emprego e atendimento do SUS. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/mulheres-venezuelanas-cruzam-fronteira-em-busca-de-emprego-e-atendimento-do-sus/>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

registrada a entrada de 58.825 mulheres venezuelanas³⁰ no território brasileiro sendo está a nacionalidade com o maior saldo das movimentações femininas com 56,8% do total. Observando os dados que refletem as entradas dos homens venezuelanos, a porcentagem é de 52% masculina em comparação à da 48% feminina.

Quando se trata da integração no mercado de trabalho, as mulheres migrantes predominam nos registros de emissão de carteiras de trabalho no Brasil. Para elucidar esse cenário, de acordo com o OBMIGRA, no ano de 2019, as estatísticas apontaram que 63% das emissões de carteiras de trabalho foram destinadas a mulheres venezuelanas no processo migratório em direção ao Brasil (39.813) Esses dados representam o anseio pela empregabilidade em ocupações formais, contudo, em razão do paradigma social que licenciam os trabalhos a pessoas migrantes, as mulheres ocupam lugares relacionados aos cuidados ou com maiores possibilidades de ganho, são empregos informais que recorrem como diaristas, limpadores de parabrisa nos semáforos ou ficam em pontos de maior fluxo de pessoas com pedaços de papelão sinalizando suas ocupações.

O OBMigra destaca que o trabalhador migrante recebe o rendimento-hora médio de R\$37,81 no mercado formal e R\$24,08 no informal, enquanto que as trabalhadoras migrantes recebem R\$23,27 no mercado formal e R\$19,77 no informal, observando que 1) os menores valores pertencem a mulheres e 2) até mesmo em empregos informais os homens recebem mais do que as mulheres em ambas as condições. No que se refere aos migrantes venezuelanos, menos de 10% dos que se encontram no Brasil alcançam trabalhos formais³¹ e o rendimento decorrente dos trabalhos informais são de valores abaixo do que é pago a brasileiros que executam o mesmo serviço³². Observa-se que “ao migrar em busca de oportunidades, muitos migrantes são inseridos em situações informais e precárias, devido à vulnerabilidade a que estão expostos (Anderson, 2010; Arnold & Bongiovi, 2013)”.

³⁰ Tabela 2 - Número de registros de migrantes migrantes de longo termo/residentes, por ano de entrada, segundo principais países, Brasil, 2010 -2019. página 115 - relatório anual 2020

³¹International Organization for Migration (IOM) Brasil. "Menos de 10% dos venezuelanos no Brasil conseguem emprego formal, estima OIM". Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/news/menos-de-10-dos-venezuelanos-no-brasil-conseguem-emprego-formal-estima-oim>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023

³²UNHCR Brazil. Autonomia e integração local de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR). 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/07/relatorio-operacao_acolhida-Final.pdf>.

O desemprego é outro fator que também assola esse cenário turbulento, permanecendo com taxas crescente entre 2018 e 2019 em Roraima³³. Esta realidade econômica exerce pressão adicional sobre os migrantes que buscam se estabelecer na região, tornando a integração no mercado de trabalho ainda mais desafiadora.

A situação do desemprego também é um fator preocupante nesse cenário tumultuado, com taxas em constante crescimento entre 2018 e 2019 em Roraima. A pesquisa "Violência de Gênero, Nacionalidade e Raça/Etnia em duas cidades de Roraima", conduzida pelo Fundo de População da ONU (UNFPA) e pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), apresenta uma análise sobre a escolaridade que merece destaque. Segundo essa pesquisa, aproximadamente 52% das mulheres venezuelanas possuem somente o ensino médio, seguido por 25% que têm até o ensino fundamental e 17% possuem ensino superior. Mesmo assim, percebe-se que esse indicador não é um diferencial para as pessoas migrantes empregadas³⁴ pois, os empregos ocupados por esse público não requer níveis avançados de escolaridade.

Há profissionais de alta qualificação que não conseguem se inserir no mercado de trabalho em decorrência de oportunidades para revalidar seus diplomas. O processo de revalidação de diplomas no Brasil é de alto custo o que dificulta o acesso ao migrantes que em muitos casos são desprovidos de recursos financeiros além de um longo processo burocrático ao qual terão que se submeter. Em Boa Vista, para a revalidação é necessário o reconhecimento do certificado de ensino médio na Secretaria Estadual de Educação e Desporto (SEED) e, posteriormente, a equivalência do diploma de ensino no Ministério da Educação, por meio da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Por outro lado, quem deseja ingressar em uma graduação encontra o caminho desafiador também, o mesmo que aos brasileiros. Em 2018, a UFRR anunciou o Programa "Acesso ao Ensino Superior" que visa garantir a inclusão social através da educação para solicitantes de refúgio ou refugiados que residem em Boa Vista (RR), participando da avaliação de conhecimentos específicos no curso pretendido e na redação em Língua Portuguesa. As vagas deste programa eram remanescentes de processos seletivos já transcorridos e que também não

³³FolhaBV. "Desemprego em RR registra 6,8% e fica entre 16 estados com aumento". Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/ECONOMIA/Economia/Desemprego-em-RR-registra-6-8--e-fica-entre-16-estados-com-aumento/98449>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

³⁴International Organization for Migration (IOM) Brasil. "Perfil Migratório: Fluxos Migratórios Venezuelanos para o Brasil - Relatório N° 1". Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/MDH_OIM_DTM_Brasil_N1.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

alcançaram o preenchimento a lotação total das turmas, em vistas disso, o programa tinha como objetivo ser mais uma alternativa na contramão de não ter salas vazias e, por consequência, a diminuição do orçamento financeiro. Por determinação judicial, o programa foi revogado.

Dessa forma, é crucial abordar o reconhecimento dos diplomas como uma questão de grande relevância quando se trata das perspectivas de integração no mercado de trabalho com a devida qualificação. Essa abordagem se torna ainda mais significativa ao enfrentar as necessidades sociais e econômicas das populações migrantes que buscam melhores condições de vida tanto para si quanto para suas famílias. Isso é especialmente importante, uma vez que muitos dos migrantes carregam consigo seus núcleos familiares inteiros, reforçando a complexidade e a importância de uma inserção bem-sucedida na nova sociedade.

3.1.1 O Lugar das mulheres no processo migratório venezuelano

No contexto do processo migratório venezuelano, é crucial compreender o papel desempenhado pelas mulheres. Elas não são apenas parte do fenômeno migratório, mas desempenham papéis essenciais em diversos aspectos, desde a tomada de decisão até a adaptação e integração nos países de destino. Esta seção se propõe a analisar a experiência das mulheres nesse contexto, explorando os desafios e oportunidades que enfrentam ao deixar seus lares em busca de novas perspectivas. Além disso, será dada atenção especial às questões de gênero que permeiam esse processo, destacando a importância de uma abordagem sensível ao gênero na formulação de políticas e programas de apoio a migrantes.

Socialmente, a responsabilidade da maternidade é atribuída unicamente às mulheres, são elas que cuidam e naturalmente comprometem suas carreiras em nome dos filhos e, mesmo diante dos desafios do deslocamento forçado, ainda carregam sozinhas o ônus da criação dos(as) filhos(as). Observa-se que a maior parte das mulheres migrantes venezuelanas que estão em situação de rua ou abrigadas ou nos Postos de Triagem em Roraima são mães solas, com filhos recém-nascidos e/ou na primeira infância. Uma pesquisa realizada pela FIOCRUZ e UFMA (2023), estima-se que 40% das mulheres venezuelanas possuem entre dois e três filhos, 16% possuem mais de quatro filhos e aproximadamente 25% deixaram ao menos um na Venezuela, demonstrando que a média dos núcleos familiares são compostos pelo menos com um(a) filho(a).

A literatura científica enfatiza que a maternidade desempenha um papel dominante e catalisador na tomada de decisão migratória, juntamente com fatores como recursos financeiros e uma rede de apoio constituída por familiares e amigos, que frequentemente assumem a responsabilidade. Nesse contexto, é importante ressaltar que a maternidade não deve ser interpretada como um obstáculo à progressão na carreira profissional. No entanto, é inegável que, embora as mulheres sejam social e culturalmente valorizadas por seu papel de mães, essa mesma maternidade pode também impor limitações à medida que a sociedade justifica restrições com base nesse papel (SANTOS.; NOVAES; CHAVES, 2019).

Em uma entrevista³⁵ concedida ao ACNUR, Yenni, uma migrante venezuelana, compartilha sua experiência de residir em um dos abrigos da Operação Acolhida por três anos, o mesmo tempo de vida de sua filha, que nasceu em uma das salas deste abrigo. Ela ressalta que "às vezes, para mães solteiras, é difícil conseguir emprego", acrescentando que a justificativa para essa recusa é o fato de sua filha ser ainda pequena e que, portanto, é sua responsabilidade cuidar dela até que complete 18 anos. Yenni também menciona que precisou retornar à Venezuela para levar alimentos para sua família que ficou no país em meio à crise que assola a nação. Essa situação evidencia os desafios enfrentados por mães solteiras, especialmente em contextos migratórios complexos, onde procuram equilibrar a árdua responsabilidade parental com a busca por oportunidades de emprego. A transversalização do mercado de trabalho e a maternidade na vida das mulheres é impiedosa, diferente do que ocorre com os seus cônjuges. As mães solas com filhos pequenos buscam pelo próprio sustento em um mercado de trabalho exigente com carga horária rígida e inflexível e salários baixos além das cobranças por está mais presente na vida das crianças acompanhando seu desenvolvimento. Dessa forma, as mulheres são submetidas a depender cada vez mais do trabalho que as exploram.

As mães solas venezuelanas que estão abrigadas ou em situação de rua encaram o acesso dos filhos à escola como a oportunidade de buscar trabalho formal com critério da jornada parcial, pois não tem com quem ou onde deixar seus filhos. Para as mulheres mães as redes sociais, constituídas por mulheres e igualmente mães, que cuidam dos filhos de outras enquanto estão trabalhando ou precisam resolver algo externo ao abrigo, são importantes para a entrada no mercado de trabalho, mas, infelizmente, é uma estratégia ínfima e lenta que ocorre nos

³⁵ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Andamos desde a Venezuela como muitos naquela época, até Boa Vista. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/01/28/andamos-desde-a-venezuela-como-muitos-naquela-epoca-ate-boa-vista/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

abrigos e não avança por conta da rotatividade. Em vista disso, as mães perdem oportunidades de emprego já que o limitado mercado de trabalho formal roraimense oferece empregos com jornadas em horário comercial inflexíveis, somado a isso, são limitadas as oportunidades gratuitas de atividades extracurriculares para o público infantil que poderiam ocupar os filhos.

De acordo com os dados apontados pela ACNUR e AVSI Brasil³⁶, as migrantes venezuelanas dedicam-se às atividades domésticas e cuidados com os filhos cerca de 8 vezes a mais que os homens migrantes, enquanto que eles têm 88% menos probabilidade de realizar as atividades domésticas. A natureza limitada desse processo de tomada de decisão conduz as mães solteiras venezuelanas a se envolverem em dois universos, sendo 1) empregos precários, muitas vezes na economia informal, ou 2) a buscar atividades autônomas como forma de sustento. No primeiro universo, a vulnerabilidade que assola a informalidade é reforçada pelo desencontro com as leis trabalhistas, como o baixo rendimento-hora conforme já mencionado, além da ausência de férias remuneradas, auxílio-maternidade, direito à aposentadoria entre outros benefícios sociais. Já no segundo universo, as mulheres encontram a flexibilidade e independência na decisão sobre a jornada de trabalho e a forma de trabalhar. Conforme Guiginski & Wajnman (2019), esse segundo universo é o meio mais propenso para que as mães solas alcancem um espaço no mercado de trabalho, logo, é o que ocorre com as mulheres venezuelanas abrigadas com filhos que têm mais chances de se tornarem autônomas³⁷.

Logo, a migração laboral³⁸ das mulheres venezuelanas envolve desafios e oportunidades diferentes dos homens, iniciando pela busca pelo emprego quando o tempo é limitado aos cuidados da criança. A análise da população abrigada é o maior fluxo de procura pelas atividades remuneradas é pertencente ao gênero masculino enquanto que ao gênero feminino concentra-se em cumprir com as atividades domésticas, conforme mencionado anteriormente.

Neste sentido uma das formas de inserir as mulheres migrantes no mercado de trabalho formal é a mediação construída pela operação acolhida por meio do processo de interiorização que busca inserir as mulheres em vagas de emprego em outras capitais do Brasil no sentido de

³⁶UNHCR Brazil. Autonomia e integração local de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR). 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/07/relatorio-operacao_acolhida-Final.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

³⁷ idem o item 36.

³⁸ Movimento de pessoas do seu Estado para outro Estado com a finalidade de encontrar emprego. A migração laboral está regulada nas leis sobre migração da maioria dos Estados. Além disso, alguns Estados desempenham um papel activo na regulação da migração laboral externa e procuram oportunidades no estrangeiro para os seus nacionais. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO)

oportunizar o acesso ao emprego de qualidade com todas as garantias sociais vigentes no nosso país.

3.2 Interiorização por Vaga de Emprego Sinalizada

Nesta seção, será analisado a fundo o Processo de Interiorização e a crucial etapa de inserção laboral, mediada pela Operação Acolhida. Este processo transcende a mera movimentação física dos migrantes, representando uma busca por um espaço onde cada indivíduo não apenas sobreviva, mas também prospere, assegurando o pleno exercício de seus direitos, sobretudo no contexto do mercado de trabalho. A Operação Acolhida, como iniciativa governamental, desempenha um papel fundamental nessa jornada, buscando oferecer oportunidades reais de integração socioeconômica para os migrantes venezuelanos. Esta seção irá dissecar minuciosamente o funcionamento e os impactos desse processo, avaliando sua eficácia e identificando possíveis áreas de aprimoramento para otimizar a experiência dos migrantes em solo brasileiro.

O processo de interiorização é o terceiro eixo estratégico da Operação Acolhida para “escoar” voluntariamente parte do fluxo diário latente de pessoas que chegam a Pacaraima (RR) e encontram-se em situação de vulnerabilidade social frente a impossibilidade da rápida absorção pelo Estado roraimense³⁹. Há quatro modalidades para a pessoa se inscrever na interiorização, as modalidades são: reunião social, reunião familiar, institucional e a vaga de emprego sinalizada (VES)⁴⁰. Esta última tem como característica apoiar na inserção laboral através da intermediação da FTLogH (Força Tarefa Logística Humanitária) e agências ONU na captação de vagas de emprego em outros locais do Brasil. Até o final de fevereiro de 2020, 33.320 pessoas foram interiorizadas em todas as modalidades⁴¹, sendo 7% referente a vaga de emprego sinalizada.

A candidatura a esse programa pode ser iniciada prontamente em Pacaraima (RR), contudo, por esgotáveis motivos que versam a subjetividade da pessoa migrante e pelas

³⁹SILVA, João Carlos Jarochinski; ALBUQUERQUE, Élysson Bruno Fontenele de. Operação Acolhida: avanços e desafios. Caderno de Debates, Refúgio, Migrações e Cidadania, v.16, n.16, 2021.

⁴⁰IOM (Organização Internacional para as Migrações). Painel da Estratégia de Interiorização do Governo Federal. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/painel-da-estrategia-de-interiorizacao-do-governo-federal>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

⁴¹ Em 2023, o alcance foi de 100 mil pessoas interiorizadas segundo os dados publicados pela OIM.

limitadas condições socioeconômicas da cidade pacaraense⁴², as pessoas migrantes preferem seguir viagem em direção a capital Boa Vista (RR) e, posteriormente, iniciar seu processo. Caso a pessoa migrante esteja em um dos abrigos da Operação Acolhida, é possível cadastrar-se e fazer o acompanhamento com o auxílio das equipes dos parceiros implementadores que atuam na gestão direta ou buscar o Centro de Coordenação de Interiorização (CCI) que fica localizado no Posto de Triagem, Documentação e Interiorização (PITRIG).

O fluxo diário de atendimento no Centro de Coordenação de Interiorização (CCI) é intenso e volumoso, com pessoas carregando pastas com seus documentos pessoais ou da família que chegam para o primeiro cadastro ou para acompanhar o progresso. A rotina é a seguinte: Pela manhã, os trabalhadores dos parceiros implementadores distribuem as senhas e as pessoas permanecem organizadas em filas, sentadas em bancos e embaixo das lonas brancas. Ao optar pela modalidade VES, deve-se apresentar o currículo atualizado, contendo atividades laborais desenvolvidas, seja no Brasil ou Venezuela, escolaridade e capacitações, principalmente o curso de português que é um diferencial de vantagem. A fim de facilitar a etapa para o primeiro cadastro, o CCI apoia na elaboração de currículos caso a pessoa ainda não disponha.

Anexado ao Centro de Interiorização, há a célula do Centro de Capacitação e Educação (CCE) com o objetivo de incrementar as oportunidades com a realização de cursos profissionalizantes gratuitos e de curta duração, em sua maioria, oferecidos pelo Sistema “S” ou parceiros implementadores contratados. Alguns exemplos de cursos já oferecidos são de auxiliar de edificações, padeiro, confeitoiro, auxiliar de cozinha, auxiliar administrativo, marceneiro e serviços gerais. Alguns dos cursos são oferecidos dentro dos abrigos, pois, nota-se que a tática é promover a autossuficiência dos migrantes para movimentar a saída. Além destas capacitações, o curso de português também é oferecido junto a educação intercultural, direitos trabalhistas e acesso a direitos e prevenção e resposta a violência de gênero.

No momento que a pessoa realiza o primeiro cadastro até a chegada ao destino, não há um único tempo estimado que seja referência para todos os casos, isso está associado com a taxa de consonância entre o perfil da pessoa e os pré-requisitos da vaga. Entre esses dois momentos, a pessoa deve permanecer no local que sinalizou interesse pela vaga e realizar o acompanhamento semanal ou diário no CCI, atualizando o cadastro diante de qualquer alteração

⁴² Boa Vista é a cidade que dispõe de 05 abrigos da Operação Acolhida enquanto que Pacaraima dispõe de 02, sendo apenas um para não-indígenas.

nas suas informações, tais como chegada de mais um familiar que acompanhará no processo, curso realizado ou mudança do local de moradia (ex. mudança de abrigo).

As vagas ofertadas são anunciadas nos murais do Centro de Interiorização e, após a realização de uma espécie de combinação dos pré-requisitos com os currículos de maior compatibilidade. Os exemplos de vagas oferecidas são do ramo da construção civil, serviços gerais, logística de cargas, jardinagem e atendimento ao público, alguns com exigência de experiência e/ou cursos técnicos certificados.

Quando alguém é selecionado para a vaga, são avisados da entrevista com tempo previsto de até três dias, seja por mensagem no telefone informado, aviso pelas equipes do abrigo ou informe no mural do CCI. A equipe do CCI apoia durante a entrevista que em muitos momentos ocorre de forma online com a empresa e, posteriormente, às vezes alguns dias depois recebem a notícia se foram selecionados.

As etapas prévias à viagem são denominadas de Fitness For Travel, FFT, que seria “Adequação para viagem” com a confirmação da documentação e se estão aptos, passando pela verificação se estão com regulamentação migratória em dias, assinatura do termo de voluntariado (este assinam no primeiro cadastro), esquema vacinal completo estabelecido pelo Ministério da Saúde e passam por avaliação médica, não apenas da pessoa selecionada mas de toda a família. Após esta etapa, recebem orientação sobre a configuração do transporte, o dia da viagem e o reforço de informações sobre os direitos, leis e mecanismos de proteção.

A forma de deslocamento é determinada pelo destino, podendo ser em voos comerciais, avião fretado pela Operação ou de ônibus. Em caso de ser um grande número de pessoas para um mesmo destino ou próximo, o deslocamento será feito em voo fretado, caso contrário, o voo será comercial e, na oportunidade do destino ser Manaus (AM) o deslocamento é de ônibus. Em todas as modalidades, as pessoas são acompanhadas, embarcadas ou aguardadas pelas pessoas das ONGs ou agências da ONU. A partir da chegada ao destino, o Ministério do Desenvolvimento Social, monitora essas pessoas por diversas capitais e cidades do interior com acompanhamento técnico de equipes multiprofissionais, com o objetivo de potencializar a capacidade de proteção da família.

Para as empresas que se interessam pela contratação direta dos migrantes mediante a interiorização, devem fornecer documentações que comprovem a inexistência de trabalho escravo e exploração de mão de obra infantil, tratando diretamente com o Exército Brasileiro.

Empresas como JBS, do ramo de frigorífico, disponibilizaram trabalhadores para atuarem dentro do CCI com ênfase no processo seletivo dos migrantes e refugiados. As empresas sinalizam em documentos as vagas que estão abertas e quais são os pré-requisitos, direcionando o perfil desejado. Até 2021, os empregadores poderiam informar o gênero que lhes interessava para as suas vagas.

Em 2021, a JBS realizou o imenso processo de contratação que mobilizou o Exército Brasileiro, OIM e ONGs atuantes, como o Refúgio 343 com a meta de selecionar 500 pessoas para compor o quadro de trabalhadores em uma de suas unidades, localizada em Passos Fundos (MG). A empresa ofereceu capacitação profissional, assistência para acomodação e alimentação nos primeiros 30 dias dos seus novos funcionários e dependentes que migram junto.

Há outras iniciativas para aproximar as empresas da contratação de migrantes, como a plataforma “Empresa com Refugiados”, que é fruto da parceria entre a Agência para Refugiados (ACNUR) e o Pacto Global da ONU com o objetivo de “estruturar modalidades de apoio às iniciativas privadas de capacitação profissional de pessoas em deslocamento, levando em consideração as necessidades de empregabilidade dessa população”⁴³. Portanto, a plataforma tem segmentos sobre a contratação de migrantes, anúncio de vagas, capacitação para empresas e informações sobre o processo de interiorização.

A região Sul, sem exceção de nenhum de seus três Estados, é a que mais recebe migrantes e refugiados pela modalidade VES, sejam as capitais ou cidades do interior, de acordo com os dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento⁴⁴. Até o final do mês de fevereiro de 2020, com exceção de Dourados (MS) que é a cidade que liderava o ranking de municípios que mais recebeu migrantes, com 426 interiorizados, as 10 primeiras cidades posteriores são todas sudestinas, sendo: Chapecó (SC), Vacaria (RS), Cascavel (PR), Itapiranga (SC), Araucária (PR), Rio do Sul (SC), Venâncio Aires (RS), Curitiba (PR), Capinzal (SC) e Maringá (PR).

3.3 Estatística de Mulheres Interiorizadas por Vaga de Emprego Sinalizada

⁴³Empresas com Refugiados. Sobre. Disponível em: <<https://www.empresascomrefugiados.com.br/sobre>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023

⁴⁴IOM (Organização Internacional para as Migrações). Painel da Estratégia de Interiorização do Governo Federal. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/painel-da-estrategia-de-interiorizacao-do-governo-federal>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

É notável a presença expressiva de mulheres venezuelanas no processo de interiorização por meio de vagas de emprego sinalizadas pela operação acolhida. Esta seção tem como objetivo explorar a relevância e as implicações dessa participação feminina, analisando os desafios enfrentados, as conquistas alcançadas e os impactos socioeconômicos dessa inserção laboral das mulheres venezuelanas.

As mulheres estão constantemente em busca de oportunidades de emprego que possam satisfazer suas aspirações. Nesse contexto, quando são selecionadas para ingressar no mercado de trabalho, todas as modalidades de apoio são fornecidas pela Força Tarefa Logística Humanitária FTLog, que inclui transporte, alimentação, assistência com bagagens e ajuda na chegada e acomodação. Em determinados casos, a ACNUR e/ou OIM oferecem auxílio financeiro, kits de viagem, cobertores e até mesmo auxiliam na identificação de moradias e acesso a serviços públicos.

Conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento Social, em abril de 2023 foi ultrapassada a marca de mais de 100.000 (cem mil) pessoas venezuelanas interiorizadas para diversas cidades, seja deslocamentos individuais ou em núcleos familiares. Desde o início da interiorização, abril de 2018, até o final de fevereiro de 2020, antes das medidas sanitárias estabelecidas em razão da prevenção a COVID-19, havia sido interiorizadas 33.320 pessoas no total de todas as modalidades, assim, demonstra o incremento de 200% nos processos de interiorização que é a estratégia chave da Operação.

De acordo com os dados divulgados pelo Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes⁴⁵, a migração venezuelana apresenta paridade entre seus gêneros, com diferença ínfima entre os gêneros feminino e masculino. De janeiro de 2017 até outubro de 2020⁴⁶ haviam entrado 610.189 pessoas venezuelanas que buscaram regulamentação migratória, sendo 46% do gênero feminino e 54% do gênero masculino, com diferentes faixas etárias. Essa perspectiva é congruente com os dados das pessoas vivendo nos abrigos da Operação Acolhida, ou seja, também há simetria entre os gêneros feminino e masculino⁴⁷.

⁴⁵MIGRAÇÃO VENEZUELANA: Janeiro 2017/Outubro 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Subcomit%C3%AA_federal/publica%C3%A7%C3%B5es/2020-11-Novembro-informe-migracao-venezuelana.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

⁴⁶ Dados mais próximos do período estudado.

⁴⁷Painel dos abrigos em Roraima. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizTRhOWVIOTgtYTk2MS00YmY3LWVY2YtMGMIY2MzODFjM>>

Extrai-se, que a vaga de emprego sinalizada já garantiu que mais de 2 mil pessoas seguissem deslocamento para outros Estados e interior do Brasil, correspondendo assim a 8% do total da interiorização. Essa paridade entre os gêneros como visto acima não reflete a sintonia com os dados da interiorização pela modalidade VES, já que das 2.210 pessoas⁴⁸ ou 29% são do gênero feminino, enquanto que 70% correspondem ao gênero masculino. Essa disparidade ilustra a desigualdade de gênero presente na inserção laboral das migrantes e refugiadas venezuelanas que estão abrigadas, em situação de rua ou são chefes de famílias e, é importante evidenciar que esse agravo não está relacionada com a hipótese da procura pelo VES ser mais do gênero masculino, já que ao olhar para outras modalidades (Reunião Social, Reunião Familiar e Institucional) exista simetria entre os gêneros. Enquanto as outras modalidades são mais fluídas, expostas pela diferença percentual em comparação com a VES, esta dispõe de um diferencial que é o processo de seleção de acordo com o pré-requisito das vagas de trabalho que exigem diferentes habilidades físicas e/ou conhecimento técnico.

Portanto:

TABELA I: Percentual de interiorizados segregados por gênero e faixa etária

Faixa etária	Masculino	Feminino
20 a 24 anos	11%	3%
25 a 29 anos	13%	3%
30 a 34 anos	13%	3%
35 a 39 anos	11%	2%
40 a 44 anos	9%	2%
45 a 49 anos	6%	1%

mVjIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9&pageName=ReportSection2f742043b456c18852a1>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

⁴⁸ No período de abril de 2018 a fevereiro de 2020;

50 a 54 anos	2%	0%
--------------	----	----

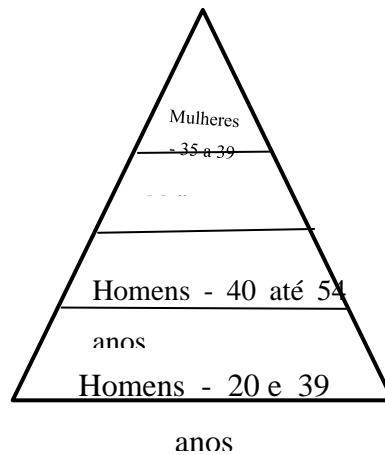
Fonte: Site aplicacoes.mds.gov.br/paibel de interiorização.

De acordo com os estudos que analisam os diferentes fluxos migratórios, o ponto de convergência entre os principais motivos para a saída é: independência econômica. Para mulheres que migram, a independência econômica está relacionada com a possibilidade de mobilidade social e também com a ruptura dos padrões patriarcais, impulsionando a autonomia social e financeira desse grupo. Para Lisboa (2007), o processo de deslocamento das mulheres representa a oportunidade de fuga do contexto de práticas nocivas e/ou da estrutura patriarcal que converte e limita o ser feminino a uma propriedade privada. A mobilidade social também significa experimentar estar no controle de suas vidas, ou seja, desfrutar a autonomia através da estratégia presente no plano de ação da maioria dos migrantes que é a inserção laboral.

O mercado de trabalho enxerga o migrante como mão-de-obra barata, limitando as oportunidades de acordo com as exigências determinadas socialmente e amplia os desafios a quem não tem o perfil. A xenofobia, discriminação étnica e de gênero são alguns dos parâmetros que reforçam, ainda que delimitadas, das chances serem maiores aos homens venezuelanos de idade entre 20 a 49 anos, assim, chegando a ser entre 9% a 11%, o que é três ou quatro vezes maior do que as mulheres que chegam apenas a 2% e 3%, nessa mesma faixa etária. Para as mulheres a partir dos 35 anos as contratações começam a reduzir chegando a 2%, enquanto que a redução significativa para o público masculino é apenas após os 54 anos, com queda de 6% para 2%. Esses dados demonstram que as mulheres venezuelanas têm chances menores de serem contratadas à medida que envelhecem em comparação aos homens venezuelanos.

Conforme abaixo:

Tabela 2 - Pirâmide dividida por gênero e idade das pessoas interiorizadas



O grupo mais selecionado para as vagas de trabalho são homens com idade entre 20 e 39 anos, o segundo grupo são homens dos 40 até 54 anos, posteriormente, o de mulheres de 20 a 34 anos e por fim, de mulheres de faixa etária a partir dos 35 anos. Assim, é possível compreender que a partir da implementação do processo de interiorização, na modalidade VES, privilegia o gênero, não sendo desta forma um processo isonômico entre os gêneros. Essa análise está relacionada com o fator que os trabalhos que exigem força física, em sua maioria e, de acordo com os papéis tradicionais de gênero, o trabalho braçal pertence ao rol da masculinidade e jovialidade.

A iniciativa “Empresas com Refugiados”, na seção “Vagas Anunciadas”, apresenta uma amostragem que ilustra as oportunidades de emprego destinada aos migrantes que são mais frequentes. As vagas são referentes a: montagem de pallets, carga e descarga, instalação de calhas, jardinagem, reparo e manutenção e serviços gerais em áreas rurais, com exigência de cursos técnicos em áreas masculinizadas como engenharia civil, engenharia de produção, construção civil e com máquinas pesadas. Tal análise pode ser descrita, talvez, pela necessidade de mão de obra mais voltada aos trabalhos braçais característicos dos campos agrários pela necessidade dos sistemas de produção que é predominante ocupado pelo gênero masculino e por isso, quiçá selecionem mais este gênero por esta razão, seja identificando nos currículos também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um extenso período de cinco anos, as organizações envolvidas na Operação Acolhida se empenharam na análise e aprimoramento do processo de acolhimento de migrantes e refugiados oriundos da Venezuela. A abordagem inicial, focada na resposta emergencial e caracterizada pela sua natureza de curto prazo, sem uma data específica para a redução dos números, apenas expectativas de uma diminuição gradual ao longo dos meses, está cedendo espaço a uma perspectiva revitalizada e mais abrangente, visando uma integração orgânica e sustentável.

Diante da realidade de recursos limitados no Estado de Roraima, que enfrenta desafios para acomodar um considerável contingente populacional, surge a importante função de ser a “porta de entrada” para outros Estados. Esse reconhecimento se alinha ao eixo de interiorização da Operação Acolhida, atraindo inúmeros migrantes da Venezuela em busca de oportunidades para recomeçar com empregos ou para reunir-se com suas famílias, promovendo um eficaz “escoamento”. Para garantir que esse fluxo ocorra de maneira contínua e uniforme, torna-se imperativo analisar o perfil dos migrantes, levando em conta variáveis como gênero, faixa etária, diversidade, composição familiar, bem como compreender as motivações e aspirações subjacentes a cada indivíduo. Além disso, é essencial transversalizar esses dados com os desafios e barreiras impostos pelas questões socioculturais que impactam esse público em particular.

O propósito deste estudo não se limita à crítica, mas sim à análise dos desafios enfrentados pelas mulheres venezuelanas ao integrarem o mercado de trabalho no Brasil. Dessa forma, ao desvelar as complexas dinâmicas que envolvem a migrante venezuelana, desdobra-se na tríade mulher-migrante-trabalhadora. Cada uma destas facetas contribui para a compreensão mais completa e precisa dos obstáculos e oportunidades que se apresentam para essas mulheres em solo brasileiro. Os desafios que surgem nessas categorias estão intrinsecamente conectados a raízes patriarcais e viés xenófobo. Primeiramente, a narrativa patriarcal constrói a imagem da mulher migrante como uma figura subversiva, visto que a migração muitas vezes é associada à virilidade, demandando força e coragem, atributos que, conforme estereótipos, não seriam naturalmente inerentes ao gênero feminino. Ainda, existe uma expectativa social de que as atividades laborais destinadas a elas devem restringir-se àquelas consideradas “adequadas” para as mulheres, conforme as normas preestabelecidas. Esta situação é agravada pelo fato de que os trabalhos disponíveis tendem a ser notavelmente precários, muitas vezes compartilhando características com resquícios de práticas análogas à escravidão. Embora esta realidade afete ambos os gêneros, para as mulheres, o contexto se agrava devido à presença da violência de gênero, que permeia tanto os ambientes de trabalho quanto às interações com empregadores. Este contexto adverso tem um impacto profundo, desde a segurança no deslocamento até as dinâmicas de relacionamento com patrões, influenciando diretamente o rendimento e remuneração das mulheres migrantes. Essas circunstâncias levam as mulheres migrantes venezuelanas a uma maior propensão a ocuparem postos de trabalho informais, muitas vezes por serem as únicas opções disponíveis para elas.

Ainda analisando as camadas que permeiam a vulnerabilidade social, outras categorias como de “pessoas com deficiência física”, “faixa etária” e “identidade de gênero e orientação sexual” demonstram as lacunas mais profundas. Nos dados analisados não há recorte que expresse quantas mulheres com deficiência são interiorizadas por vaga de emprego, contudo, o que identificamos são raros casos presentes em publicações que falam sobre os desafios da inclusão no mercado laboral. Este cenário de ausência de dados é similar para o público de mulheres lésbicas, bissexuais ou transexuais. Diferente das duas outras categorias, no painel interativo é possível visualizar a faixa etária das mulheres e homens, assim, para mulheres com cerca de 40 anos, a disparidade na inserção no mercado de trabalho em comparação com os homens é quatro vezes menor, ainda, é a partir dos 45 anos que os homens terão a queda significativa da inserção laboral, porém, continuam com o maior número. Observa-se que as mulheres jovens têm maior inserção laboral, embora ainda seja inferior à dos homens. Este fenômeno indica avanços significativos em termos de igualdade de oportunidades, demonstrando que as mulheres jovens estão cada vez mais ativas e engajadas no mercado profissional. No entanto, a discrepância ainda presente entre os gêneros sublinha a necessidade contínua de ações e políticas voltadas para a promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho, e também é importante assegurar a inclusão de todas as pessoas que estão no cenário, sem perpetuar discriminações baseadas em faixa etária, identidade de gênero ou deficiência física.

No estudo, outra consideração relevante é a suposição de que o deslocamento das mulheres não se limita à sua inserção no mercado de trabalho. É claro que existem questões intrinsecamente ligadas ao gênero, como a busca por acompanhamento pré-natal e acesso à educação dos filhos. No entanto, é importante notar que as mulheres também buscam autonomia financeira através do emprego formal, e, em muitos casos, posteriormente, por meio do empreendedorismo. Dentro do grupo do gênero feminino, as mulheres sem filhos têm mais propensão a alcançar o emprego formal ou com exercício laboral que seja diurno como diaristas, enquanto que as mulheres com filhos recorrem ao empreendedorismo pela oportunidade de ser com horário flexível, permitindo-as à conciliar com as responsabilidades parentais. Nota-se que mesmo entre as mães em relacionamento, são as que assumem o cuidado das crianças a maior parte do tempo.

Este estudo busca ser convidativo a refletir sobre a necessidade de promover uma inserção laboral igualitária entre homens e mulheres, onde seja equivalente a simetria no número de entradas. Um dos princípios fundamentais da Operação Acolhida é assegurar que

ninguém seja deixado para trás. Para que o processo de interiorização, pautado em vagas de emprego sinalizadas, transcorra de maneira humanizada e abrangente, é essencial considerar a subjetividade de cada indivíduo, garantindo que suas vozes sejam ouvidas. Nesse contexto, a busca pela autonomia financeira emerge como um dos pilares fundamentais na jornada dos migrantes, independente do gênero. A promoção da independência econômica não apenas fortalece indivíduos e famílias, mas também contribui para a integração mais efetiva na sociedade receptora.⁴⁹ O fluxo contínuo que deve existir na entrada de pessoas por Pacaraima e a saída para outras cidades, é possível adotar estratégias, como análise do público que “está ficando para trás” e promoção de diálogos para identificar os melhores caminhos que permitam a vazão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACNUR. Há cinco anos, a venezuelana Desirée busca uma oportunidade formal de trabalho no Brasil. YouTube, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LXo3eXGwJbA>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Andamos desde a Venezuela como muitos naquela época, até Boa Vista. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/01/28/andamos-desde-a-venezuela-como-muitos-naquela-epoca-ate-boa-vista/>>. Acesso em: 03 nov. 2023

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Com deficiência e empoderadas: mulheres refugiadas e migrantes recebem capacitação para o mercado de trabalho no Brasil. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/12/03/com-deficiencia-e-empoderadas-mulheres-refugiadas-e-migrantes-recebem-capacitacao-para-o-mercado-de-trabalho-no-brasil/>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

ARNOLD, D., & Bongiovi, J. R. (2013). Precarious, informalizing, and flexible work:

⁴⁹ Mas não é único. Há fluxo de pessoas que buscam por acesso a saúde e medicamentos, crianças que chegam separadas ou desacompanhadas e outros características

Transforming concepts and understandings. *American Behavioral Scientist*, 57(3), 289-308. Acesso em: 03 nov. 2023.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista de Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 15, n. 3, p. 745-772, set./dez. 2007. Acesso em: 03 nov. 2023.

BAENINGER, Rosana. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana. et al. *Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018. Acesso em: 03 nov. 2023.

BASSANEZI, Maria Silvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. Acesso em: 03 nov. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Acesso em: 03 nov. 2023.

BUTLER, Judith. 1987. "Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault". In: BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos. Acesso em: 03 nov. 2023.

CACCIAMALI, M. C. Informalidade, flexibilidade e desemprego - necessidade de regras e de políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania. Acesso em: 03 nov. 2023.:

CAMPOS, M. B. de., Barbieri, A. F.. (2013). Considerações teóricas sobre as migrações de idosos. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 30, S69–S84. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000400005>. Acesso em: 03 nov. 2023.

CAVALCANTI, L; Oliveira, T.Macedo, M., *Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019. Série Migrações*. Acesso em: 03 nov. 2023.

CAVALCANTI, L; Oliveira, T.Macedo, M., *Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral*. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Acesso em: 03 nov. 2023.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais. A construção histórica do corpo feminino*. Dourados: UFGD, 2014. Acesso em: 03 nov. 2023.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI. Losandro Antônio. (Org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2015. 682p.

DUTRA, Delia. *Mulheres migrantes peruanas em Brasília: o trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2012. Acesso em: 03 nov. 2023.

EMPRESAS COM REFUGIADOS. Sobre. Disponível em: <<https://www.empresascomrefugiados.com.br/sobre>>. Acesso em: 03 nov. 2023.:

FOLHA DE SÃO PAULO. Piauí. *Mulheres venezuelanas cruzam a fronteira em busca de emprego e atendimento do SUS*. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/mulheres->

venezuelanas-cruzam-fronteira-em-busca-de-emprego-e-atendimento-do-sus/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

FolhaBV. "Desemprego em RR registra 6,8% e fica entre 16 estados com aumento". Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/ECONOMIA/Economia/Desemprego-em-RR-registra-6-8--e-fica-entre-16-estados-com-aumento/98449>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

FRANÇA, I. L., & Fontgaland, A.. (2020). Gênero, sexualidades e deslocamentos: notas etnográficas sobre imigrantes e "refugiados LGBTI" no Norte do Brasil. REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana, 28(59), 49–68. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005904>. Acesso em: 03 nov. 2023.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Violência de gênero, nacionalidade e raça/ etnia: em duas cidades de Roraima: resumo executivo. Brasília: UNFPA, 2020. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/violencia_de_genero_nacionalidade_e_racaetnia_em_duas_cidades_de_roraima.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

G1. Após fugir da Venezuela, transexuais tentam recomeçar vida no Rio e relatam preconceito e agressões. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/29/apos-fugir-da-venezuela-transexuais-tentam-recomecar-vida-no-rio-e-relatam-preconceito-e-agressoes.ghtml>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

G1. Burocracia, custos e lentidão nos processos dificultam a revalidação de diplomas de refugiados. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/11/30/burocracia-custos-e-lentidao-nos-processos-dificultam-a-revalidacao-de-diplomas-de-refugiados.ghtml>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

G1. Refugiados venezuelanos mudam de carreira para arranjar emprego em RR. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/07/refugiados-venezuelanos-mudam-de-carreira-para-arranjar-emprego-em-rr.html>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 5, n. 2, p. 77-90, 2001. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2001.123607. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123607>. Acesso em: 03 nov. 2023.

GILLIGAN, C. "Women's Place in Man's Life Cycle." Harvard Educational Review, 29. 1979. Acesso em: 03 nov. 2023.

GUIGINSKI, J., & Wajnman, S.. (2019). A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. Revista Brasileira De Estudos De População, 36, e0090. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090>. Acesso em: 03 nov. 2023.

HARRIS, O.; YOUNG, K. (Orgs.). Antropologia y Feminismo. Barcelona: Anagrama, 1979. Acesso em: 03 nov. 2023.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993. Acesso em: 03 nov. 2023.: 03 nov. 2023.: 03 nov. 2023.

HEILBORN, L., & Rodrigues, C. (2018). Gênero: breve história de um conceito. APRENDER - Caderno De Filosofia E Psicologia Da Educação, (20). <https://doi.org/10.22481/aprender.v0i20.4547>. Acesso em: 03 nov. 2023.

HIRATA, H. Entrevista. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2006. pp. 199-203. Acesso em: 03 nov. 2023.

HIRATA, Helena S.; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm>. Acesso em: 03 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional de saúde: 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE; 2020. 113p. Acesso em: 03 nov. 2023.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. (IOM) Brasil. "Perfil Migratório: Fluxos Migratórios Venezuelanos para o Brasil - Relatório Nº 1". Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/MDH_OIM_DTM_Brasil_N1.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. (IOM) Brasil. "Menos de 10% dos venezuelanos no Brasil conseguem emprego formal, estima OIM". Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/news/menos-de-10-dos-venezuelanos-no-brasil-conseguem-emprego-formal-estima-oim>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

IOM (Organização Internacional para as Migrações). Painel da Estratégia de Interiorização do Governo Federal. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/painel-da-estrategia-de-interiorizacao-do-governo-federal>>. Acesso em: 03 nov. 2023.:

IOM (Organização Internacional para as Migrações). Painel da Estratégia de Interiorização do Governo Federal. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/painel-da-estrategia-de-interiorizacao-do-governo-federal>>. Acesso em: 03 nov. 2023.:

LISBOA, Kleba Teresa. GÊNERO E MIGRAÇÕES – TRAJETÓRIAS GLOBAIS, TRAJETÓRIAS LOCAIS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS. REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana [en linea]. 2006, 14(26-27), 151-166[Consulta 29 de Outubro de 2023]. ISSN: 1980-8585. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042004005>

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

MARINUCCI, Roberto. Feminização das Migrações? REMHU v. 15, n. 29, 2007. Acesso em: 03 nov. 2023.

MEZZADRA, Santos (2015) MULTIPLICAÇÃO DAS FRONTEIRAS E DAS PRÁTICAS DE MOBILIDADE. REMHU, Rev Interdiscip Mobil Hum 23::11–30. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004402>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MIGRAÇÃO VENEZUELANA: Janeiro 2017/Outubro 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Subcomit%C3%AA_federal/publica%C3%A7%C3%B5es/2020-11-Novembro-informe-migracao-venezuelana.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MOROKVASIC, Mirjana. "Birds of Passage are also Women." *International Migration Review*, v.18, n. 4, 1984. p. 886-907. Acesso em: 03 nov. 2023.

OLIVEIRA, M. M. Feminização das Migrações nas Fronteiras da Amazônia. In: 13º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN 'S WORLDS CONGRESS. 2017. Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2017. Acesso em: 03 nov. 2023.

ONU. Venezuela: 3,7 milhões de pessoas sofrem com a desnutrição, diz relatora da ONU. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/11/1696031>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

ONU Mulheres. ONU Mulheres intensifica atividades com refugiadas e migrantes em Roraima. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/185547-onu-mulheres-intensifica-atividades-com-refugiadas-e-migrantes-em-roraima>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

ONU MULHERES. "Médica venezuelana busca revalidar diploma para exercer sua profissão no Brasil". Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/medica-venezuelana-busca-revalidar-diploma-para-exercer-sua-profissao-no-brasil/>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *Direito Internacional da Migração Nº 22: Glossário sobre Migração*. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2009. ISBN ISSN 2075-2687. Acesso em: 03 nov. 2023.

Organização Mundial da Saúde e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) . (2022). *Relatório global sobre tecnologia assistiva*. Organização Mundial de Saúde. <https://iris.who.int/handle/10665/354357>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Organization, I., Free, W. & Migration, I., 2022. Estimativas globais da escravidão moderna: trabalho forçado e casamento forçado, Walk Free. Austrália. Obtido em https://policycommons.net/artifacts/3443538/gems-2022_report_en_v8/4243526/ em 04 de novembro de 2023. CID: 20.500.12592/7jc0z9. Acesso em: 03 nov. 2023.

PAINEL DE INTERIORIZAÇÃO. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/painel-de-interiorizacao>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

PAINEL DOS ABRIGOS EM RORAIMA. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTRhOWVlOTgtYTtk2MS00YmY3LWUyY2YtMG1Y2MzODFjMmVjIiwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBJLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9&pageName=ReportSection2f742043b456c18852a1>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019. Acesso em: 03 nov. 2023.

PLATAFORMA R4V. Após 5 anos, estratégia de interiorização no Brasil beneficia mais de 100 mil venezuelanos. Disponível em: <<https://www.r4v.info/pt/news/apos-5-anos-estrategia-de-interiorizacao-no-brasil-beneficia-mais-de-100-mil-venezuelanos>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

RAGO, M.. (2001). Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. *São Paulo Em Perspectiva*, 15(3), 53–66. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000300009>. Acesso em: 03 nov. 2023.

ReGHID. *Saúde Sexual e Reprodutiva de Mulheres e Adolescentes Migrantes Venezuelanas no Brasil: Sumário executivo*. Fiocruz e UFMA, 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.35078/3b7s4N>. Acesso em: 03 nov. 2023.

RESSTEL, CCFP. Fenômeno migratório. In: Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 35- 52. ISBN 978-85-7983-674-9. Available from SciELO Books. Acesso em: 03 nov. 2023.

RODRIGUES, F. S. . Migração para o trabalho: Uma análise da migração laboral em Boa Vista e Pacaraima (Roraima-Brasil) e Santa Elena do Uairén (Estado Bolívar-Venezuela). In: XIV CISO - Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2009, Recife-PE. XIV CISO - Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste?Desigualdade e justiça social: regiões, classes e identidades no mundo globalizado?, 2009. Acesso em: 03 nov. 2023.

SANTOS, A. L.; NOVAES, D. T. P.; CHAVES, M. de F. G. MULHERES ANGOLANAS NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE MIGRAÇÕES E MATERNIDADE. Cadernos de Estudos Sociais, [S. l.], v. 33, n. 2, 2019. DOI: 10.33148/CES2595-4091v.33n.220181761. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1761>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SANTOS, Fernanda Antundes Moreira. Análise das diferenças quanto a ocupação, rendimentos e “desperdício de cérebro” entre mulheres brasileiras e imigrantes internacionais em determinadas empresas no mercado de trabalho brasileiro. Dissertação do Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Acesso em: 03 nov. 2023.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de O. “Teorias das migrações internacionais”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000. Acesso em: 03 nov. 2023.

SASSEN, S. Locating Cities on Global Circuits. In: <http://www.lboro.ac.uk/gawc/rb/rb46.html>, Research Bulletin, n. 46, 2001. Acesso em: 03 nov. 2023.

SASSEN, Saskia – The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow, New York, Cambridge University Pres, 1988. Acesso em: 03 nov. 2023.

SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998. Acesso em: 03 nov. 2023.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5. Acesso em: 03 nov. 2023.

SILVA, João Carlos Jarochinski; ALBUQUERQUE, Élysson Bruno Fontenele de. Operação Acolhida: avanços e desafios. Caderno de Debates, Refúgio, Migrações e Cidadania, v.16, n.16, 2021. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. Acesso em: 03 nov. 2023.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Brasiliense, 1991. Acesso em: 03 nov. 2023.

UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas). Migração na terceira idade: conheça histórias de alegria. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/migra%C3%A7%C3%A3o-na-terceira-idade-conhe%C3%A7a-hist%C3%B3ria-de-alegria>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

UNHCR Brazil. Autonomia e integração local de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR). 2021. Disponível em:

<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/07/relatorio-operacao_acolhida-Final.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Revista Temporalis: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)* v. 2, n. 22 (2011). Acesso em: 03 nov. 2023.